

**Carta Europeia de Turismo Sustentável, um instrumento
para o desenvolvimento do turismo sustentável nas
áreas protegidas da RAM**

Luís Paulo Vasconcelos Branco Soares

**Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão do
Território Área de Especialização em Ambiente e
Recursos Naturais**

Versão melhorada e corrigida após defesa pública

Outubro, 2015

**Carta Europeia de Turismo Sustentável, um instrumento
para o desenvolvimento do turismo sustentável nas
áreas protegidas da RAM**

Luís Paulo Vasconcelos Branco Soares

**Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão do
Território Área de Especialização em Ambiente e
Recursos Naturais**

Versão melhorada e corrigida após defesa pública

Outubro, 2015

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território – Área de Especialização em Ambiente e Recursos Naturais, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor José Eduardo Ventura e Engenheira Graça Mateus.

Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu filho, André.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o apoio dos meus orientadores, Professor José Eduardo Ventura e Engenheira Graça Mateus, pelo acompanhamento atento em todas as etapas do trabalho. Presto os meus agradecimentos, de igual modo, ao Serviço do Parque Natural da Madeira, pela disponibilização do Estágio. Agradeço aos meus amigos a amizade e apoio demonstrados nos momentos mais difíceis. E, por último, queria agradecer à minha mãe todo o apoio incondicional que me prestou ao longo dos últimos anos.

Carta Europeia de Turismo Sustentável, um instrumento para o desenvolvimento do turismo sustentável nas áreas protegidas da RAM

Luís Paulo Vasconcelos Branco Soares

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Sustentável, Áreas Protegidas, Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS), Conservação da Natureza, Região Autónoma da Madeira.

O turismo em Áreas Protegidas depende, essencialmente, da qualidade e diversidade que os valores naturais apresentam, sendo fundamental criar condições favoráveis à sua estabilidade, não comprometendo o desenvolvimento económico que o turismo poderá trazer. A Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas (CETS) apresenta-se como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, baseada no princípio de parceria entre os *stakeholders*, de forma a reforçar a gestão turística das Áreas Protegidas (APs).

A pertinência deste Estágio relaciona-se com o aumento da procura turística nas APs, principalmente pela atratividade da riqueza dos valores naturais que a Região Autónoma da Madeira (RAM) apresenta. A emergência do turismo, em áreas onde se concentram um maior número de recursos naturais e patrimoniais, exige uma maior ponderação ao nível de planeamento turístico, sendo necessário reforçar as relações entre as diferentes entidades, empresas turísticas e a população, privilegiando, assim, a introdução de boas práticas ambientais, de modo a garantir e majorar o sucesso, a longo prazo, das políticas ambientais e, sobretudo, estabelecer esse compromisso, com a sua aplicação prática no território.

Neste sentido, procurou-se não só aprofundar os conhecimentos sobre o desenvolvimento turístico sustentável e identificar os recursos presentes nas APs da RAM, como também envidar esforços no sentido de identificar as lacunas das atividades turísticas presentes nas APs, de forma a delinear uma estratégia com base na CETS, tendo em conta todas as vertentes da gestão turística. Para que a RAM assegure a sua competitividade turística, a CETS poderia representar uma importante ferramenta quer ao nível da valorização do turismo regional quer em termos da conservação dos seus recursos.

**European Charter for Sustainable Tourism, an instrument for the development of
sustainable tourism in protected areas of the MAR**

Luís Paulo Vasconcelos Branco Soares

ABSTRACT

KEYWORDS: Sustainable Tourism, Protected Areas; European Charter for Sustainable Tourism (ECST), Nature Conservation, Madeira Autonomous Region (MAR).

In Protected Areas, tourism depends mainly on the quality and diversity of the natural values present in a certain area, which makes it essential to create favorable conditions for its stability, without jeopardizing the economic development that tourism can bring. The European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas (ECST) has been introduced as a sustainable development strategy based on the principle of partnership among stakeholders in order to strengthen tourism management of Protected Areas (PAs).

The relevance of this Traineeship is related to the increase in tourist demand in the PAs, especially the appeal of the richness in natural values that the Madeira Autonomous Region (MAR) has. The emergence of tourism in areas where a greater number of natural and heritage resources are concentrated requires a deeper reflection concerning tourism planning. It is necessary to strengthen the links between the different entities, tourism businesses, and the population. Therefore, it is necessary to focus on the introduction of good environmental practices in order to ensure and increase the success of such environmental policies in the long term, and, above all, to establish this commitment by implementing in the territory.

On this subject, not only was it necessary to deepen the knowledge on sustainable tourism development and to identify the resources present in the PAs of MAR but it was also essential to promote efforts to identify the gaps in the tourist activities present in the PAs in order to outline a strategy based on ECST, taking into account all the aspects related to tourism management. The ECST has the potential to become an important tool both in terms of the appreciation of regional tourism and in terms of the conservation of resources to make it possible for MAR to ensure its tourism competitiveness.

ÍNDICE

Lista de figuras.....	IX
Lista de tabelas	XI
Introdução	1
Parte I	3
Capítulo I – Instituição de Acolhimento	3
I. 1 Princípios de Atuação e Estrutura Orgânica.....	3
I. 2 Principais projetos do SPNM	5
Capítulo II – O desenvolvimento do Turismo Sustentável.....	7
II. 1 Turismo Sustentável	7
II.2.1 Iniciativas a nível Internacional.....	8
II.2.2 Iniciativas a nível Europeu.....	11
Parte II	14
Capítulo III – As Áreas Protegidas e a Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS)	14
III. 1 Evolução dos espaços naturais protegidos	14
III. 2 O turismo sustentável em áreas protegidas	15
III. 3 A implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável.....	16
III. 4 Princípios estratégicos da Carta Europeia de Turismo Sustentável.....	18
Parte III	27

Capítulo IV: Contributo para o Dossier de Candidatura	27
IV. 1 Breve caraterização da Região Autónoma da Madeira	27
IV. 2 Tendências do mercado turístico regional.....	29
IV. 3 Áreas Protegidas da RAM.....	35
IV. 4 Recursos naturais	42
IV. 5 Recursos turísticos	46
IV. 6 Produtos/Serviço.....	52
IV. 7 Principais sítios de interesse geológico.....	54
IV. 8 Estratégias para o desenvolvimento do turístico sustentável.....	57
V. Considerações Finais	65
V. 1 Importância da implementação da CETS	65
V. 2 Dificuldades Encontradas.....	66
V. 3 Reflexões sobre o Estágio	66
Referências Bibliográficas	68
Webgrafia.....	71
Outras fontes de informação	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do SPM4	4
Figura 2 – Processo Candidatura à CETS23	23
Figura 3 – Esquema da metodologia aplicada pela CETS25	25
Figura 4 – Arquipélago da Madeira e territórios mais próximos27	27
Figura 5 – Hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros entre 2004-2014 ..31	31
Figura 6 – Mapa da área do Parque Natural da Madeira38	38
Figura 7 – Mapa da Reserva Natural Parcial do Garajau40	40
Figura 8 – Paisagem da Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio40	40
Figura 9 – Ilhéu da Cal41	41
Figura 10 – Laurissilva, a floresta indígena da Madeira, classificada pela Unesco como património Natural da Humanidade44	44
Figura 11 – Levada das Queimadas, concelho de Santana, no norte da ilha50	50
Figura 12 – Poios agrícolas, localizados a norte da Freguesia de Machico.51	51
Figura 13 – Descida em <i>rappel</i> , uma das técnicas usadas no Canyoning53	53
Figura 14 – Pico do Arieiro, localizado no Maço Central55	55
Figura 15 – Depressão do Curral das Freiras, concelho de Câmara de Lobos.....55	55
Figura 16 – Geomonumento "Homem em Pé ", concelho de Santana56	56
Figura 17 – Ponta de São Lourenço57	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cronologia do turismo e sustentabilidade.....	9
Tabela 2 – Estatísticas demográficas.....	28
Tabela 3 – Principais dados turísticos em 2014	33
Tabela 4 – Principais indicadores do Turismo em Espaço Rural	34
Tabela 5 – Proporção das Área Protegida da RAM	37
Tabela 6 – Proporção de Área Protegida por concelho da RAM.....	39
Tabela 7 – Matriz da análise SWOT das principais estratégias para o desenvolvimento turístico sustentável para as AP's da RAM	58
Tabela 8 – Objetivo estratégico: Estratégias de proteção e monitorização ambiental para as APs da RAM.....	63
Tabela 9 – Objetivo estratégico: Desenvolver e fomentar parcerias, incutindo a preservação e conservação das APs da RAM.	64

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Órgãos, Serviços e Competências do SPNM
Anexo 2 – Projeto – Gestão de Espécies e Habitats
Anexo 3 – 12 metas para o turismo sustentável
Anexo 4 – Vantagens estratégicas da implementação da CETS
Anexo 5 – Sítios de Importância Comunitária (RAM)
Anexo 6 – Lista de flora presente Laurissilva (PNM)
Anexo 7 – Lista de aves marinhas presente nas ilhas Desertas

LISTA DE ABREVIATURAS

APs	Áreas Protegidas
CETS	Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas
EDS	Estratégia da União Europeia para o Desenvolvimento Sustentável
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
OMT	Organização Mundial do Turismo
PAA	Programa de Ação Comunitária em Matéria de Ambiente
PNTN	Programa Nacional de Turismo de Natureza
PSL	Ponta de São Lourenço
SPEA	Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
SPNM	Serviço do Parque Natural da Madeira
SRARN	Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais
SWOT	<i>Strengths</i> (Forças), <i>Weaknesses</i> (Fraquezas), <i>Opportunities</i> (Oportunidades) e <i>Threats</i> (Ameaças)
RAM	Região Autónoma da Madeira
REVPAR	<i>Revenue per Available Room</i> (Receita por Quarto Disponível)

Introdução

O presente Relatório de Estágio tem como objetivo primordial apresentar os resultados obtidos no estágio curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão do Território – Área de Especialização em Ambiente e Recursos Naturais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O estágio foi realizado no Serviço do Parque Natural da Madeira (SPNM), mais concretamente na Divisão de Ordenamento, Projetos e Educação Ambiental (DOPEA), com a duração de 800 horas (intercaladas entre os meses de Março a Maio e Setembro a Novembro de 2014), sob a orientação da Eng^a Graça Mateus (SPNM). Neste sentido, a pertinência deste Relatório Estágio, prende-se ao facto de a RAM apresentar uma vasta riqueza de valores naturais, que são partilhados com a atividade humana, através de uma relação de lazer, económica, social e cultural, havendo a necessidade de desenvolver uma abordagem estratégica do desenvolvimento turístico sustentável nas Áreas Protegidas, bem como a concretização da candidatura do SPNM à CETS, o que não ocorreu no decurso do estágio. Apesar desta contingência, surgiu o interesse em contribuir para o Dossier de Candidatura à CETS, como forma de aprofundar os conhecimentos sobre o tema e desenvolver uma experiência em contexto profissional. Procedeu-se, então, à pesquisa das questões de origem teórica e recolha de informação específica para a realização de um Diagnóstico do Território das APs da RAM.

O presente Relatório de Estágio desenvolveu-se em três etapas: 1 - recolha bibliográfica; 2 - contributo para o Dossier de Candidatura à CETS; 3 - análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*). Na primeira etapa, procedeu-se a uma pesquisa relativa à evolução do turismo sustentável, enquadrando os objetivos da CETS nas APs. Na segunda etapa, foi realizado o contributo para o Dossier de Candidatura à CETS, apresentando realização de um Diagnóstico do Território das APs da RAM, contendo as características da Região quer ao nível dos recursos naturais quer ao nível dos recursos e/ou produtos turísticos presentes nas diversas Áreas Protegidas. Na última etapa, realizou-se uma análise SWOT, onde foram definidos os pontos fortes e as fragilidades, oportunidades e ameaças da relação entre o turismo e as áreas protegidas e as estratégias para o desenvolvimento turístico sustentável.

A estrutura de trabalho acima descrita, objetivou-se de uma forma diferente da programada, realizando-se apenas uma parte do plano inicial. O facto de a candidatura não se ter concretizado, deu origem a outra metodologia, que resultou, por um lado, no aprofundamento do conhecimento sobre a temática de estudo, para depois, através da análise SWOT e objetivos estratégicos, procurar-se perspetivar ações que possam contribuir para a otimização da gestão turística nas APs. Subjacente a tudo isto, esteve também uma reflexão inerente à execução de medidas sustentáveis, favoráveis à economia regional e à população, realçando-se, assim, a importância da implementação da ferramenta de gestão turística como a CETS.

Parte I

Capítulo I – Instituição de Acolhimento

Para conclusão do mestrado em Gestão do Território, área de especialização em Ambiente e Recursos Naturais foi realizado um estágio, como componente não letiva, no SPNM, sob a tutela da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Governo Regional (SRARN) da RAM. Trata-se de um serviço operativo, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira. Neste ponto, pretende-se destacar as principais especificidades de funcionamento, as suas áreas de atuação e a sua orgânica.

I. 1 Princípios de Atuação e Estrutura Orgânica

O SPNM apresenta-se responsável pela gestão das áreas protegidas da RAM e orientado para minimizar a perda da biodiversidade, valorizando a proteção e conservação dos recursos naturais e a da natureza, promovendo a manutenção do equilíbrio ecológico e paisagístico, com vista à fruição de um ambiente equilibrado e sadio por parte de toda a população. A área protegida do Parque Natural da Madeira (PNM) representa cerca de dois terços da superfície total da ilha, que, devidamente gerido, promove um importante desenvolvimento socioeconómico da Região. As atribuições desta instituição prendem-se com questões relacionadas com a gestão ambiental, nomeadamente, o ordenamento do território e a proteção da natureza.

O seu fito converge em direção ao contributo para o equilíbrio ecológico, protegendo os habitats rurais evitando a sua degradação, representando um forte potencial ao nível turístico, que pode ser explorado de forma sustentável. A sua filosofia passa por promover a execução da política e objetivos definidos pelo Governo Regional na área da proteção e conservação da natureza e biodiversidade, sem prejuízo das atribuições e competências reservadas a outros organismos públicos na matéria.

Segundo o Decreto Regulamentar Regional n.º 13/93/M de 25 de Maio, o SPNM assume um papel de grande importância para a Região, apresentando-se como um *“serviço operativo, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e*

financeira. Funcionando sob tutela da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Governo Regional da RAM, apresenta-se responsável pela gestão das áreas protegidas da RAM e orientado para travar a perda da biodiversidade, valorizando a proteção e conservação dos recursos naturais e a da natureza, promovendo a manutenção do equilíbrio ecológico e paisagístico, com vista à fruição de um ambiente equilibrado e sadio por parte de toda a população”.

A sua organização interna apresenta diferentes órgãos e serviços, e competências¹, nomeadamente: Órgãos do PNM (o diretor, a comissão consultiva, a comissão científica); Apoio técnico-administrativo (Departamento de Serviços Administrativos); Serviços operativos (Divisão de Conservação da Natureza, Divisão de Ordenamento, Projetos e Educação Ambiental); Serviço auxiliar de polícia (Corpo de Vigilantes da Natureza) (figura 1).

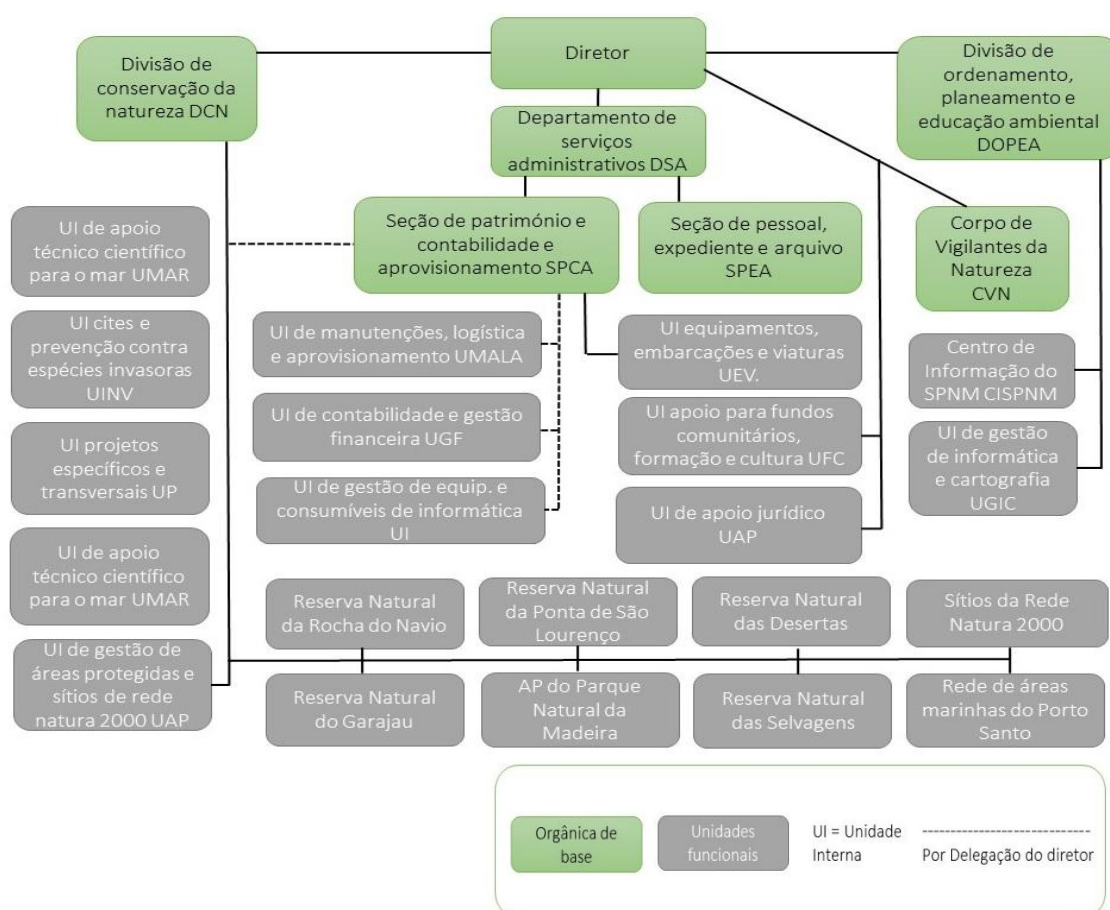


Figura 1 – Organograma do SPNM. Fonte: SPNM, 2015

¹ Para mais informações consultar, anexo 1.

I. 2 Principais projetos do SPNM

No âmbito dos projetos em execução pelo SPNM, as suas atividades e competências são desenvolvidas em diversas áreas, nomeadamente em três setores: Gestão de Espécies e Habitats, Comunicação e Informação e Património Rural. Em relação à Gestão de Espécies e Habitats², foram desenvolvidos um conjunto de projetos que visaram reforçar o estatuto de conservação de algumas espécies presentes nas áreas de jurisdição do SPNM. Em casos particulares de espécies em perigo de extinção, urgiu desenvolver um conjunto de medidas de recuperação dos seus habitats de nidificação, como foi o caso da ave marinha, freira-do-bugio, ou ainda o caso do projeto para conservação do habitat do lobo-marinho.

No setor Comunicação e Informação, salienta-se o projeto desenvolvido através do instrumento financeiro da Comunidade Europeia, instrumento LIFE+³ para a rede ecológica Europeia – Rede Natura 2000. Neste âmbito, têm sido reforçadas e alicerçadas ações de compatibilidade entre o desenvolvimento das atividades socioeconómicas e culturais que o SPNM se propôs desenvolver no concernente à gestão das reservas naturais, áreas classificadas, habitats e espécies listadas nos anexos das diretivas que contribuem para a Rede Natura 2000.

Neste contexto, o SPNM contou com a parceria da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), incluindo o apoio dos vários interessados (stakeholders), tendo sido protagonizadas campanhas específicas de auxílio e orientação aos grupos-alvo, de forma a assegurar uma correta aplicação de atividades mais compatíveis, integradas na lógica ecológica. Não obstante, foram realizadas ações de informação e sensibilização, através de material divulgativo, distribuído de forma individual aos grupos-alvo, com o objetivo de dinamizar a conservação e promoção da biodiversidade local, salvaguardando as atividades económicas e de vida ao nível global.

No que diz respeito ao Património Rural, é de realçar o considerável património cultural rico e diversificado, nomeadamente, levadas e trilhos como o Passo Real,

² Para mais informações consultar anexo 2.

³ O Programa LIFE+, é um instrumento financiado pela União Europeia, com aplicação política e do direito em matéria de ambiente.

muros de pedra aparelhada como proteção de poios⁴, casas tradicionais e palheiros, capelas, serras de água e festas tradicionais, incluídos na AP do PNM. Este património rural está ligado à presença humana, que, durante décadas, foi deixando a sua marca nas diversas paisagens, sendo, assim, importante a sua valorização e preservação.

Numa ótica assente nos mesmos princípios, e através de trabalhos anteriores realizados, o SPNM decidiu efetuar um levantamento exaustivo do património cultural. Neste contexto, implementou o projeto - O Património Rural no PNM - a norte e a oeste da ilha da Madeira-, cofinanciado pelo PRODERAM (Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira). Os objetivos deste projeto, para além de estimularem a preservação e valorização rural, através da inventariação do património rural construído (fotografado e georreferenciado) nesta área de PNM, visam, de igual modo, sensibilizar os visitantes e os residentes para a preservação da riqueza existente, contribuindo, assim, para a economia local, para a qualidade paisagística bem como para a oferta de um turismo de natureza melhor estruturada. Neste sentido, foram também desenvolvidos projetos, em zona de paisagem protegida do PNM, cujos locais escolhidos foram as freguesias da Ilha, e da Fajã da Ovelha, graças à particularidade da sua população possuir um gosto pelas suas tradições, em parceria com as respetivas Casas do Povo. Um dos supramencionados projetos intitula-se: “Plantas e Usos Tradicionais nas Memórias de Hoje” – Freguesia da Ilha e “Plantas e Seus Usos Tradicionais – Freguesia da Fajã da Ovelha” (SPNM, 2015).

⁴ Os poios são verdadeiros “monumentos”, em terraços planos de terra sustidos por muros de pedra, constituindo assim uma verdadeira imagem de “marca” da paisagem madeirense.

Capítulo II – O desenvolvimento do Turismo Sustentável

II. 1 Turismo Sustentável

O turismo sustentável desenvolve um papel crucial entre as diferentes realidades dos atores envolvidos, de forma a proporcionar um equilíbrio a longo prazo com o meio. Este reconhece que para proporcionar aos turistas um elevado bem-estar, existe a necessidade de redução dos impactes ambientais e culturais. Perante esta situação, é imprescindível haver uma interação equilibrada entre o crescimento turístico e a importância da conservação ambiental (LANE, 1994).

Segundo SWARBROOKE (1999), a partir da década de oitenta, a indústria turística começou a assumir uma preocupação mais séria em relação ao turismo sustentável, e foi ser pioneira na introdução de medidas de proteção ambientais, assistindo-se também a um aumento de iniciativas, nomeadamente de hotéis internacionais. Assim, constatamos que os hoteleiros envidam esforços no sentido de desenvolverem práticas mais “verdes”, incluindo medidas de conservação de energia, reciclagem e redução de resíduos. Efetivamente, estas iniciativas começam a obter resultados, em termos da redução de custos das despesas dos hotéis. Por outro lado, a indústria dos transportes começa a identificar-se com este lado mais sustentável. As companhias aéreas, por exemplo, começaram por introduzir medidas que visaram a diminuição e um melhor controlo dos níveis de ruído e das emissões dos gases poluentes.

Os recursos naturais encontram-se na base da promoção turística. Por essa razão, é perceptível que a bibliografia relacionada com o turismo sustentável aborde a preservação e conservação dos recursos naturais, embora ainda seja necessário promover uma gestão dos recursos naturais mais abrangente, de maneira a compreender melhor as características dos recursos turísticos (LIU, 2003). O desenvolvimento sustentado do turismo tem como objetivo implementar um modelo baseado num processo contínuo, onde a monitorização dos impactes produzidos seja permanentemente atualizada, com vista à introdução de medidas preventivas e, em última análise, à definição de medidas corretivas. Desta forma, deve proporcionar uma experiência agradável, mantendo o nível de satisfação dos turistas, de modo a

consciencializá-los sobre a importância das questões de sustentabilidade, promovendo boas práticas de turismo sustentável.

Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o desenvolvimento do turismo sustentável é aplicável a todas as formas de turismo, desde o turismo de massas, até aos vários segmentos de turismo de nicho. Os princípios de sustentabilidade devem estabelecer/determinar um equilíbrio a longo prazo entre as seguintes dimensões: ambiental (1), económica (2) e sociocultural (3) de modo a proporcionar oportunidades de emprego e de rendimento às populações locais, contribuindo para a redução da pobreza. Não obstante, um dos objetivos passa pela implementação de um modelo baseado num processo contínuo, onde a monitorização dos impactes produzidos seja permanentemente atualizada, com vista à introdução de medidas preventivas e, em última análise, à definição de medidas corretivas. (UNEP, 2005).

Os decisores de gestão turística, com capacidades de fomentar o desenvolvimento dos países, enfrentam agora uma nova realidade, que suscita a necessidade de reformular a estratégia turística, de modo a alcançar novos mercados. É de salientar que estas medidas devem ser consistentes e capazes de trazer novos métodos de promoção, para o desenvolvimento do turismo. Para isso, urge haver uma maior consciencialização dos atuais problemas mundiais, principalmente ambientais. A renovação da competitividade, aliada à capacidade de uma nova gestão turística, através de novos mercados no sector do turismo, é fundamental para tornar uma economia mais resiliente, preparando, assim, uma maior estabilidade a longo prazo (WEF, 2013).

II.2.1 Iniciativas a nível Internacional

O Turismo foi o setor de atividade que registou maior crescimento durante os primeiros anos do século XXI. Este aumento trouxe uma maior reflexão sobre os recursos naturais, colocando uma forte pressão nos principais destinos turísticos mundiais. A partir de meados do século XX, o Turismo passou a ser considerado

uma indústria de massas, exercendo um forte influência ao nível político e legislativo. Esta questão levantou preocupações a nível internacional, perante o papel do Turismo para o desenvolvimento económico, especialmente dos países em desenvolvimento (quadro 2) (SANTOS *et al.*, 2009).

A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), reunindo 113 países e 250 organizações não-governamentais. Foi considerado um dos mais importantes encontros, em termos de consciencialização global e de resolução de problemas ambientais. O relatório de Brundtland, publicado em abril de 1987, intitulado por *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), dirigido por Gro Harlem Brundtland, então primeira-ministra da Noruega, seguiu, por um lado, as raízes da Conferência de Estocolmo (1972), onde foram, pela primeira vez, reconhecidos os conflitos entre o ambiente e o desenvolvimento (KATES *et al.*, 2005).

O resultado final do relatório Brundtland teve em conta a esfera ambiental e humana, ao definir como linhas orientadoras, a utilização da sustentabilidade como “fonte” de desenvolvimento, de modo a favorecer as orientações políticas de ambiente, havendo, com um forte equilíbrio entre as dimensões ambientais, sociais e económicas. A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), também conhecido por “Cimeira da Terra” (Rio de Janeiro, 1992) nasceu a Agenda 21 (tabela 1).

Tabela 1 – Cronologia do turismo e sustentabilidade

Anos	Iniciativas e declarações relevantes a nível internacional
1976	A Organização Mundial do Turismo (OMT) é incluída no Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
1980	Declaração de Manila sobre Turismo Mundial: Adotada após a Conferência Mundial do Turismo. A partir desta data, 27 de Setembro, é proclamado o “Dia Mundial do Turismo”. Afirma, pela primeira vez, que “o Turismo prejudica mais do que beneficia as sociedades do terceiro Mundo.”
1985	Carta de Direitos do Turismo e Código do Turista: Resultam da 6ª Assembleia da OMT em Sofia (Bulgária). Destacam o direito de todos os trabalhadores ao descanso, ao lazer e a férias periódicas pagas e indicam, também, linhas de orientação sustentáveis para turistas e para Estados.

1995	Carta para um Turismo Sustentável: é publicada após a Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável em Espanha (Lanzarote), onde é indicado um plano de ação para o Turismo Sustentável.
1996	Programa de Ação da Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo: Este programa é adotado na sequência da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro (1992). Enumera as áreas prioritárias de ação para empresas do sector, em termos de sustentabilidade.
1999	Código Global de Ética do Turismo: É adotado pela OMC em Santiago (Chile). Resultado de negociações entre empresas, Estados, organismos e instituições. Composto por 10 artigos que se destinam a fazer com que o Turismo respeite as diferentes sociedades e culturas, bem como os direitos de todos os <i>stakeholders</i> .
2002	Declaração do Quebec sobre o EcoTurismo: Resultou da Cimeira Mundial sobre EcoTurismo, sendo declarado o “Ano Internacional do EcoTurismo”. Os principais objetivos deste diálogo foram a definição de uma agenda preliminar e um conjunto de recomendações para o desenvolvimento das atividades de ecoturismo em contexto de desenvolvimento sustentável. A Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável: Teve lugar em Joanesburgo (África do Sul), onde o turismo sustentável foi definido como uma das variáveis estratégicas para o desenvolvimento sustentável.
2007	Plano de Ação para um Turismo Europeu mais Sustentável (PATES): Documento da Comissão Europeia que define os objetivos e os desafios em matéria de sustentabilidade do Turismo europeu, bem como os princípios para alcançar um Turismo sustentável e competitivo.
2008	Lançamento dos critérios globais de Turismo sustentável: Critérios voluntários que ajudam as empresas turísticas a satisfazer a crescente procura por Turismo sustentável por parte dos turistas. Esta iniciativa resultou de uma parceria de 32 organizações, (Rainforest Alliance, United Nations Environment Program, United Nations Foundation e OMT).

Fonte: Adaptado, SANTOS *et al.* (2009)

A Agenda 21 foi designada como guia para a política de ambiente, às várias escalas, com o intuito de abordar diferentes áreas ligadas ao desenvolvimento social e económico, conservação e gestão dos recursos, como também dar relevo à importância do papel dos diferentes agentes da sociedade, no âmbito da implementação de mecanismos de desenvolvimento sustentável (VIDEIRA *et al.*, 2005).

Em 2005, a OMT e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), realizaram uma Agenda, apresentando 12 metas para o turismo sustentável⁵ (GST, 2007). Em 2008, são lançados os critérios globais de turismo sustentável, partindo do desafio de criar critérios voluntários com a parceria de 32 organizações, de modo a assistir as empresas turísticas com o intuito de satisfazer os turistas que cada vez mais promovem o turismo sustentável (SANTOS *et al.*, 2009).

⁵ Para mais informações consultar, anexo 3.

II.2.2 Iniciativas a nível Europeu

O Conselho da União Europeia (2006:2) refere que o *“desenvolvimento sustentável significa que as necessidades da atual geração devem ser satisfeitas sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. É um objetivo fundamental da União Europeia consignado no Tratado, que norteia todas as políticas e atividades da União.”* O foco está na proteção da biodiversidade de forma sustentada, articulando os princípios basilares da democracia de igualdade e de solidariedade entre os homens e mulheres, bem como na defesa dos direitos fundamentais de liberdade e oportunidades entre todos os cidadãos, contribuindo, desta forma, para um melhor bem-estar da população e uma maior qualidade de vida de todos os cidadãos, incluindo as gerações vindouras. Constata-se, de igual modo, a tentativa de promoção de uma economia dinâmica focada no emprego, um elevado nível de educação e de saúde, uma coesão territorial e social não se descurando a preservação da diversidade cultural e proteção ambiental.

Foram estes princípios que, em 2001, determinaram o Conselho de Göteborg a aprovar a primeira Estratégia da União Europeia para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). No entanto, em 2002, foi complementada pelo Conselho Europeu de Barcelona, tendo em vista a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo (2002) (Conselho da União Europeia, 2006). A Declaração do Quebeque resultou da Cimeira Mundial sobre o EcoTurismo, em que foi declarado o “Ano Internacional do EcoTurismo” (2002). Este encontro teve como princípios o diálogo entre os multistakeholders, para a definição de várias medidas a alcançar, para o desenvolvimento do EcoTurismo, num contexto de desenvolvimento sustentável. Em 2004, é concluída a Revisão da EDS, lançada pela comissão da União Europeia, intitulada por *“Reexame da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável – Plataforma de Ação”*. Neste contexto, a nova estratégia da União Europeia teve como objetivo implementar um conjunto de ações que permitiram desenvolver uma melhoria contínua, no que diz respeito à qualidade de vida das gerações ativas e futuras. Importa, assim, garantir a criação de comunidades sustentáveis, com a capacidade de gerir e utilizar os recursos de forma responsável, de modo a observar todo o potencial

de inovação ecológica e social da economia, reforçando os pilares de proteção ambiental e coesão social (Conselho da União Europeia, 2007). Com base nestes novos princípios, o Conselho Europeu, de junho de 2005, aprovou os seguintes princípios e objetivos (*ob.cit.*: 3):

- Proteção Ambiental - *“Salvaguardar a capacidade da terra de sustentar a vida em toda a sua diversidade e respeitar os limites dos recursos naturais do planeta e garantir um elevado nível de proteção e melhoria da qualidade do ambiente. Prevenir e reduzir a poluição ambiental e promover o consumo e a produção sustentáveis para quebrar a relação entre o crescimento económico e a degradação ambiental”*;
- Justiça e Coesão Social – *“Promover uma sociedade democrática, da inclusão e coesão social, saudável, segura e justa que respeite os direitos fundamentais e a diversidade cultural que crie a igualdade de oportunidades e combate todas as formas de discriminação”*;
- Prosperidade Económica – *“Promover uma economia próspera, inovadora, rica de conhecimentos, competitiva e ecoeficiente que proporcione elevados níveis de vida e pleno emprego de qualidade em toda a União Europeia.”*

Segundo VIDEIRA *et al.* (2005), o 6º Programa de Ação Comunitária em Matéria de Ambiente (PAA) (2002-2010) estabeleceu um conjunto de objetivos, visando o fortalecimento da política ambiental e propondo quatro áreas específicas prioritárias para a resolução de problemas ambientais, tais como: conservação da natureza e biodiversidade; ambiente, saúde e qualidade de vida; alterações climáticas; utilização e gestão sustentáveis dos recursos naturais e dos resíduos. Para Freitas e Martins (2012: 86), este programa *“introduz de forma clara e inequívoca seis princípios fundamentais: o da precaução, da prevenção, da correção na fonte, do poluidor pagador e da subsidiariedade.”* Uma análise complementar a esta problemática tem que ver com o compromisso de monitorização, sendo fundamental para medir os impactes qualitativos ou quantitativos, com o fito de identificar os impactes menos favoráveis do desenvolvimento sustentável.

Durante o período em que o 6.º PAA esteve em vigor, a crise económica originou um maior número de desafios de natureza diversificada. Houve, então, a necessidade de intensificar esforços, utilizando uma estratégia comum, de forma a orientar as ações futuras da União Europeia e dos Estados Membros. Foi com este intuito, que, em 2013, o 7º PAA foi adotado (Decisão 1386/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho), criando novos objetivos para o quadro geral de todas as políticas da EU, em matéria de ambiente, até 2020. A elaboração do novo programa da Comissão Europeia teve um processo de consulta mais abrangente, incluindo não só organizações ambientais e autoridades públicas, como também contemplou convites aos cidadãos, no sentido de expressarem as suas opiniões (Comissão Europeia, 2014).

Parte II

Capítulo III – As Áreas Protegidas e a Carta Europeia de Turismo

Sustentável (CETS)

III. 1 Evolução dos espaços naturais protegidos

Em 1962, foi realizado, em Seattle (EUA), o primeiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, contando com a representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Foram discutidas, de forma exclusiva, as áreas naturais protegidas e o desenvolvimento futuro dos Parques Nacionais, ao nível mundial (IUCN, 2010). Em 1966, a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) publicou uma lista de APs, usando como classificação: parques nacionais, monumentos naturais e reservas científicas. Anos mais tarde, em 1978, um grupo de trabalho da IUCN publicou um relatório onde se discute que o sistema de categorias das áreas protegidas deveria evidenciar as seguintes características: *“mostrar aos Parques Nacionais que podem ser complementados por outros tipos de Áreas Protegidas; ajudar as nações a desenvolver uma gestão das suas categorias integradas nas suas necessidades; ajudar a IUCN a melhorar a recolha de informação das Áreas Protegidas; eliminação de ambiguidades e inconsistências”* (DUDLEY, 2008: 4).

Nas últimas décadas, para além da categorização das APs, a sua definição tem vindo a ser alvo de diferentes opiniões. Neste contexto, a IUCN concordou em elaborar uma única definição para as APs: *“uma área terrestre ou marinha, especialmente dedicada à manutenção e proteção da diversidade biológica, dos recursos naturais e culturais associados, geridos através de mecanismos jurídicos ou outros meios efetivos”*, tendo sido elaboradas seis categorias (IUCN, 2002: p.10, In BATISTA, 2010: 31):

- I. Proteção Integral (ex: Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre);
- II. Conservação de Ecossistemas e Turismo (ex: Parque Nacional);
- III. Conservação das Características Naturais (ex: Monumento Natural);

- IV. Conservação através de Administração Ativa (ex: Área de Gestão de Habitats/Espécies);
- V. Conservação de Paisagens Terrestres, Marinhas e Recreio (ex: Paisagens Terrestres e Marinhas Protegidas);
- VI. Utilização Sustentada dos Ecossistemas Naturais (ex: Área Protegida com Recursos geridos).

As APs são o resultado da interação humana e natural. Funcionam, muitas das vezes, como a única esperança de salvaguardar espécies ou habitats em extinção. A maioria das áreas protegidas apresenta ecossistemas em estado puramente natural, existindo exceções, podendo também apresentar características naturais em estado de recuperação. Estas áreas são representações dos processos evolutivos da terra, enquanto, por outro lado, é possível perceber a interação ténue da atividade humana com a natureza, através de paisagens culturais. A dimensão dos espaços naturais protegidos são manifestamente importantes para garantir, em termos futuros, uma melhor adaptação e recuperação ecológica, impostas pelas alterações climáticas. É de realçar que as áreas protegidas trazem benefícios para as populações, oferecendo oportunidades de carácter lúdico, recreativo ou turístico. Os espaços naturais têm vindo a sofrer grandes aumentos no que diz respeito à sua procura. O facto de providenciar oportunidades únicas de interação com a natureza, faz com que sejam muito apetecíveis a todos, muito embora esta característica tenha ficado a dever-se ao aumento significativo de urbanização mundial. Além disso, as áreas protegidas representam um compromisso com as gerações futuras (DUDLEY, 2008).

III. 2 O turismo sustentável em áreas protegidas

Num sentido mais amplo, as taxas de crescimento atingidas pelo fenómeno do turismo nas APs, têm sido superiores às outras formas de turismo, sobretudo na Europa. É um facto que, para os territórios, as APs representam sempre uma oportunidade de desenvolvimento económico. No entanto, poderão ser uma potencial ameaça, visto que, em alguns casos, nalguns pontos do globo, o turismo de massas causou impactos com consequências ambientais negativas, como a perda de recursos

naturais e de biodiversidade. A origem destas consequências ambientais negativas está relacionada com as diversas atividades, nomeadamente as de recreio, de lazer, de contato com a natureza e, de igual modo, com a própria cultura local, constituindo um novo atrativo de destinos turísticos. O espaço físico (natural e cultural) é importante para o desenvolvimento da atividade turística, em virtude de providenciar as atrações aos turistas, sendo necessário haver uma implementação de critérios de sustentabilidade, de forma adequada.

Deste modo, as APs dependem diretamente da diversidade dos seus recursos naturais e do desenvolvimento económico que o turismo potencialmente poderá trazer. Uma vez destruída a sua base, rapidamente comprometerá a evolução económica, em termos futuros. Cada vez mais, o “turismo” *versus* “conservação da natureza e da biodiversidade” convergem para um ponto comum, visto o crescimento do turismo nas APs estar sujeito a um maior incremento, sendo preciso agir no sentido de encontrar diretrizes estratégicas, tendo por base o objetivo de fomentar um desenvolvimento equilibrado e sustentável do turismo.

A Federação EUROPARC foi criada em 1973, no âmbito da primeira conferência das Nações Unidas para o meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1972. Desde então, conta com centenas de membros de APs, em 36 países, tendo por finalidade a união dos parques nacionais, regionais, reservas da biosfera, marinhas e paisagens protegidas. Adicionalmente, estão também incluídos, os sítios Natura 2000, que tenham o objetivo comum de proteção de sítios europeus com uma variedade de habitats, paisagens e animais selvagens. Esta Federação é uma Organização Não Governamental pan-europeia e politicamente independente, que reúne os membros que representam 500 parques nacionais, parques naturais e reservas da biosfera (ECSTPA, 2010b).

III. 3 A implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável

A CETS em APs reflete as prioridades mundiais e europeias expressas pelas recomendações da Agenda 21, adotadas pela “Cimeira da Terra” e pelo 6.º PAA,

realizado pela União Europeia. A sua origem nasce a partir de um estudo sobre o Turismo nas Áreas Protegidas realizado pela Federação EUROPARC, que culminou com a publicação, em 1993, do relatório *Loving Them to Death?*. Em 1995, através da federação EUROPARC, a Direção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia financiou o Projeto LIFE liderado pela Federação dos Parques Regionais em França, criando a CETS (ECSTPA, 2010b). A sua criação foi baseada a partir das duas ideias: a primeira relaciona-se com a reunião de profissionais ligados às áreas de turismo e gestão das AP's e a segunda com a constituição de um grupo de trabalho e de apoio aos seus projetos-piloto em vários Estados-Membros da União Europeia. Por conseguinte, a Carta foi elaborada por um Comité Dirigente, formado pelos representantes das APs, indústria turística e organizações mundiais. Deu-se, então, início a uma fase experimental, através de 10 parques piloto, representativos de 6 países europeus. Contudo, em 1999, o texto da Carta foi oficialmente apresentado em Lille (França), integrando três documentos: o texto oficial da Carta, um guia de implementação da Carta, incluindo uma extensa e detalhada *checklist* e um folheto descrevendo as experiências dos parques piloto (European Commission, 2001).

Segundo CASTANY (2005: 98), a CETS apresenta no plano de boas práticas os seguintes aspetos: “ (...) *acordar e discutir os objetivos com todos os intervenientes; trabalhar conjuntamente com a população local, setor turístico e outras organizações locais e regionais; identificar os valores e as paisagens das APs, que pratiquem um tipo de turismo sustentável; avaliar a capacidade de carga das diferentes APs, e estabelecer os níveis desejáveis de qualidade ambiental; (...) propor novos produtos de turismo, incluindo o turismo educacional; avaliar o impacto das propostas; (...) propor medidas de gestão de tráfego e estratégias de promoção para estimular, a imagem das APs, novos produtos turísticos e técnicas de gestão; estabelecer um programa de monitorização das APs, e o uso dos seus visitantes e, finalmente avaliar os recursos necessários, incluindo a necessidade de formação.*”

III. 4 Princípios estratégicos da Carta Europeia de Turismo Sustentável

Segundo a Federação EUROPARC (2007: 3), a Carta é definida como, *“qualquer forma de desenvolvimento, equipamento ou atividade turística que respeite e preserve os recursos naturais, culturais e sociais a longo prazo, de modo a contribuir positivamente e de forma equitativa, em relação ao desenvolvimento económico, como ao nível da população que vive ou trabalha, ou ainda aquela que procura as áreas protegidas para atividades”*.

A CETS é considerada como uma forma permanente de assegurar um desenvolvimento sustentável nas APs da Europa. A adesão à Carta deverá ser entendida como uma abordagem estratégica ao turismo sustentável, tendo em conta as necessidades do meio ambiente, população e empresas locais como dos visitantes (ECSTPA, 2010a). Segundo BALANDINA *et al.* (2012), o objetivo principal da Carta prende-se ao reforço da ligação entre as comunidades locais e o ambiente e ao nível de interação e conectividade entre atores. O trabalho em parceria está na base de todo o processo metodológico da Carta, através da preparação e implementação de uma estratégia para a resolução das questões essenciais. Para que os objetivos de desenvolvimento sustentável nas APs sejam cumpridos, a Carta apresenta os seguintes 10 princípios estratégicos (ECSTPA, 2010c):

1. Relacionar os stakeholders:

Fórum, de carácter permanente, entre a autoridade do parque natural com autoridades locais e representantes da indústria turística, desenvolvendo a ligação entre o governo regional e nacional;

2. Elaborar e implementar um plano de ação e uma estratégia de turismo sustentável, baseados numa linha de trabalho coletivo, abordando conteúdos detalhados, tais como:

- Definição da área de influência (podendo exceder a AP);

- Realização de um diagnóstico da AP, com características do seu património histórico, cultural, infraestruturas turísticas, aspetos económicos e sociais, considerando questões de capacidade e aspetos a melhorar;
 - Avaliação dos visitantes atuais e potenciais mercados futuros;
 - Conjunto de objetivos estratégicos para o desenvolvimento e gestão turística nomeadamente:
 - conservação do património natural e cultural;
 - desenvolvimento social e económico;
 - gestão das visitas turísticas;
 - Criação de um plano de ação com base nos objetivos estratégicos;
 - Indicação de parceiros e recursos a ser implementados;
 - Propostas perante resultados obtidos;
3. Proteger e promover o património natural e cultural das APs, prevenindo eventuais excessos turísticos:
- Monitorização dos impactes do turismo, controlando os locais sensíveis;
 - Apoiar as atividades, relacionadas com património histórico e cultural e suas tradições;
 - Controlar e reduzir atividades que ponham em causa os recursos naturais e culturais das APs;
 - Encorajar a indústria turística e os seus visitantes a desenvolver boas práticas de conservação;
4. Proporcionar experiências de qualidade aos seus visitantes:
- Efetuar um estudo sobre o nível de satisfação e expectativas dos atuais e futuros visitantes;
 - Reforçar as necessidades dos visitantes com mobilidade reduzida;
 - Apoiar iniciativas de verificação e melhorar a qualidade das instalações e serviços;
5. Garantir uma boa comunicação perante os visitantes, de todos os recursos existentes:

- Disponibilizar informações de qualidade aos visitantes, e atualizadas sobre as APs e suas áreas circundantes, incentivando também as empresas de turismo à sua disponibilização;
 - Fornecer material educacional aos diversos serviços existentes nas áreas onde se inclui a AP, de modo a apresentar as suas características naturais e culturais aos visitantes comunidades locais, grupos e escolas;
6. Incentivar os produtos turísticos que promovam as experiências regionais:
- Desenvolver e apoiar atividades, eventos e pacotes turísticos, que visem a interpretação do território, ao nível dos seus aspetos naturais e patrimoniais;
7. Aumentar a base de conhecimento sobre as questões de sustentabilidade e AP, por parte dos stakeholders envolvidos:
- Coordenar e executar programas de formação, os recursos humanos da AP e todos os stakeholders envolvidos, com base na avaliação das necessidades;
8. Garantir que o turismo contribua de forma a não pôr em causa a qualidade de vida dos moradores destas áreas;
- Envolver comunidades locais no planeamento do turismo da área;
 - Assegurar a boa comunicação entre a AP, população local e visitantes;
 - Identificar possíveis conflitos e atuar de modo a evitar ou reduzir ao mínimo o risco da sua ocorrência;
9. Aumentar os benefícios do turismo na economia local:
- Promover a compra de produtos locais (gastronomia, artesanato, serviços e atividades locais) pelos visitantes e pelo comércio turístico;
 - Estimular o emprego dos habitantes locais na área do turismo;
10. Monitorizar os fluxos de visitantes para reduzir os impactos negativos:
- Efetuar um registo contínuo do número de visitantes, no tempo e no espaço;

- Criar e realizar um plano de gestão dos visitantes;
- Promover o uso de transportes públicos, de bicicleta e a pé, como alternativa à viatura particular;

Neste contexto, a Carta é constituída por 3 secções⁶ com vista a integrar os signatários nos princípios de desenvolvimento sustentável (ECSTPA, 2010c):

1. *Turismo sustentável nas AP's*: compromisso em diagnosticar as necessidades do território (problemas e oportunidades), de modo a perceber qual o tipo de turismo mais apropriado para o território, com a aprovação por parte de todos os parceiros;
2. *Turismo sustentável para a empresa turística local*: como forma de permitir um maior envolvimento das empresas turísticas, localizadas nas APs. Neste caso, as empresas constituem parceiros essenciais, no que diz respeito ao tipo de estratégia turística a aplicar no território;
3. *Turismo sustentável para todos os agentes de viagens de turismo*: comprometimento de trabalho em parceria com as restantes entidades organizadoras de estratégias da AP, sendo necessário ter em conta a compatibilidade da oferta turística com os objetivos do território, de modo a integrar os princípios de desenvolvimento sustentável.

Para que a adesão à Carta seja possível, é necessário respeitar a abordagem estratégica de desenvolvimento turístico sustentável nas APs, “*significa diagnosticar, consultar e envolver parcerias, fixar objetivos estratégicos, atribuir os meios necessários, realizar um Plano de Ação e avaliar os resultados. Para aderir à Carta, os candidatos devem conceber uma estratégia plurianual de desenvolvimento turístico sustentável e implementar um Plano de Ação integrado para o território*” (Federação EUROPARC, 2007: 3).

A estruturação para a implementação do plano de ação segue os seguintes procedimentos (SRARN, 2009):

⁶ Para mais informações consultar, anexo 4.

1. A Estrutura de gestão inicia o processo para se tornar membro da EUROPARC⁷;
2. Constituição de um Grupo de Missão para elaborar a candidatura e acompanhar a implementação CETS;
3. Elaboração da candidatura à CETS. A área protegida entra para a base de dados dos parques que pertencem na CETS;
4. Desenvolvimento de uma estratégia de turismo sustentável para 5 anos e respetivos planos de ação para atingir os objetivos da estratégia;
5. Submissão da documentação, do plano estratégico e dos planos de ação à EUROPARC;
6. Avaliação do cumprimento dos requisitos pela EUROPARC;
7. Verificação pela EUROPARC no campo do cumprimento dos requisitos;
8. Melhoria contínua do cumprimento dos requisitos com o resultado dos relatórios da EUROPARC;
9. Obtenção do certificado "*Charter Park*" para 5 anos;
10. Implementação da estratégia e dos planos de ação durante 5 anos;
11. Monitorização e avaliação intermédia;
12. Elaboração de relatório e avaliação dos resultados da implementação da estratégia e dos planos de ação passados 5 anos;
13. Desenvolvimento de uma nova estratégia e planos de ação para os 5 anos seguintes (processo cíclico).

A CETS é considerada uma forma permanente de assegurar um desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas da Europa. As APs, ao se tornarem membros da Carta, demonstram que estão cooperar a um nível elevado com os stakeholders locais e parceiros de turismo. Desta forma, passam a desenvolver ações estratégicas ao nível turístico, havendo um reconhecimento oficial perante o trabalho desenvolvido. A elaboração da Carta passa por incentivar as autoridades das APs a desenvolver, de forma conjunta com os stakeholders, um turismo sustentável nas APs e as suas áreas de influência, sendo necessário distinguir qual o grau de turismo que a AP pode iniciar neste processo pois este varia consoante o nível turístico e o seu

⁷ O SPNM é membro do EUROPARC.

benefício para a Região. Após esta análise da gestão dos stakeholders, relativamente ao tipo de turismo a adotar, existem alguns passos essenciais a ter em conta para a obtenção da certificação. Posto isto, são necessários alguns requisitos da Carta, de forma a serem, posteriormente, analisados por uma Comissão de Avaliação. Para efetuar a candidatura à CETS, é necessário ser membro da Federação EUROPARC. Caso esse critério não exista, é imprescindível as APs efetuarem a sua inscrição antes de formalizarem a candidatura à CETS. O período de registo de apresentação da candidatura da AP à CETS tem a duração de um ou dois anos, o que permite cumprir todos os requisitos patentes na Carta. A partir deste contexto, é possível obter resultados, através do fórum, de modo a alcançar a candidatura, para, posteriormente, ser implementada no território (ECSTPA, 2010b). A figura 2 exemplifica os requisitos do processo de candidatura.

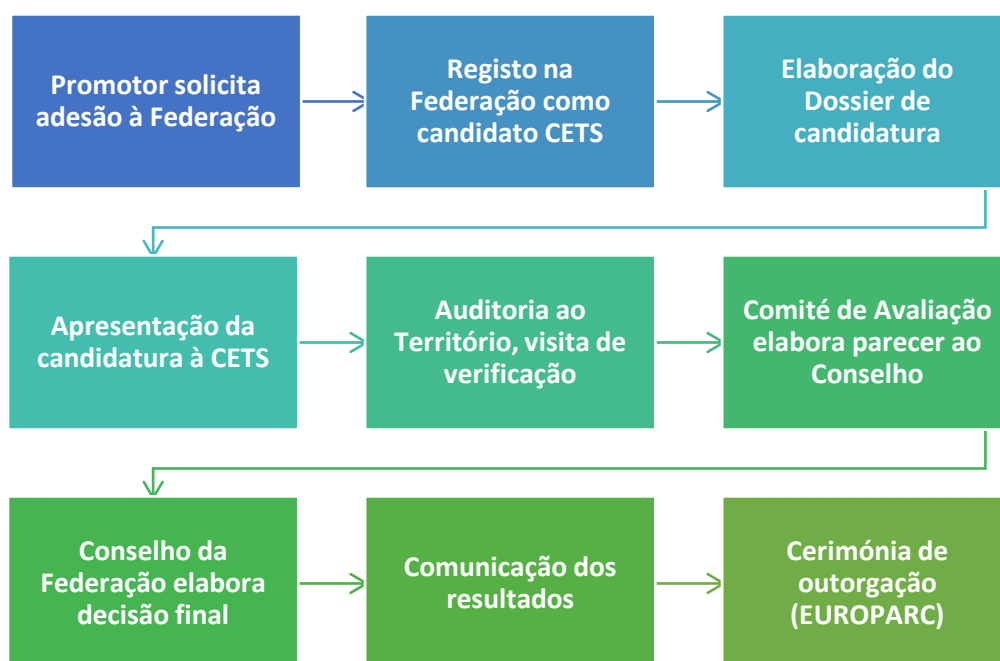


Figura 2 – Processo Candidatura à CETS. Fonte: Paulo Castro (2013:12)

O Dossier de Candidatura à CETS é um elemento importante, pois é utilizado como referência, na avaliação da sua aplicação por parte da Comissão. A sua metodologia tem por objetivo fazer uma caracterização do território e apresentar as estratégias a adotar nas APs, perante os princípios da CETS. A realização do Dossier de Candidatura à CETS aplica-se pelos seguintes passos:

1. Formulário de candidatura;
2. Caracterização do território e respetivo Diagnóstico;
3. Estratégia e Objetivos para o Turismo Sustentável no Território;
4. Plano de Ação a 5 anos para o Turismo Sustentável no Território.

A preparação da estratégia e plano de ação a implementar, devem estar de acordo com o segundo princípio estratégico da Carta (acima mencionado). A sua apresentação deverá surgir de forma separada e independente, apesar de estarem interligados. A metodologia a aplicar na candidatura, segundo os critérios da CETS, é constituída pela (ECSTPA, 2010c):

- Criação de um fórum permanente para desenvolver um turismo sustentável na Região; apresentação de documentação comprovativa do trabalho desenvolvido (horas de trabalho, decisões tomadas), por todos os stakeholders inseridos neste projeto;
- Execução de uma estratégia e Plano de Ação, que deverá conter a identificação das partes interessadas, relevantes para cada ação e o orçamento de cada ação a implementar;
- Comprovação da implementação de medidas pela AP e stakeholders, importantes para cada uma das questões específicas nos princípios da Carta (3 e 10).

No entanto, não devem ser incluídos os planos de gestão das APs, esperando-se que, desta forma, seja possível alcançar melhores resultados em termos de estratégia final e respetivo plano de ação por parte de todos os stakeholders da AP. Segundo Rodrigues (2006), os fóruns apresentam-se como uma estrutura com formas diferenciadas, adequados à realidade e aos recursos de cada território ou área protegida.

Neste sentido, o importante é assegurar a existência de uma organização com a capacidade de promover a participação de trabalho em parceria, e, consequentemente, garantir a existência de uma estrutura que promova os seguintes objectivos:

- Consolidar as relações entre AP, com todos os atores considerados estratégicos;
- Avaliar, de forma contínua, as necessidades e oportunidades do território, através da atualização constante do diagnóstico do território;
- Assegurar uma avaliação e reflexão permanente de acordo com os objetivos estratégicos e prioridades de atuação definidos para o território, tendo em conta os princípios e os objetivos da CETS;
- Promover o sentido de corresponsabilidade durante todo o processo de implementação do programa de atuação para o território (plano de ação da CETS);
- Corresponder à existência e o funcionamento de um fórum permanente para o trabalho em parceria, sendo este um dos requisitos fundamentais da CETS.

A figura 3 apresenta, de forma esquemática, a constituição da metodologia aplicada pela CETS.

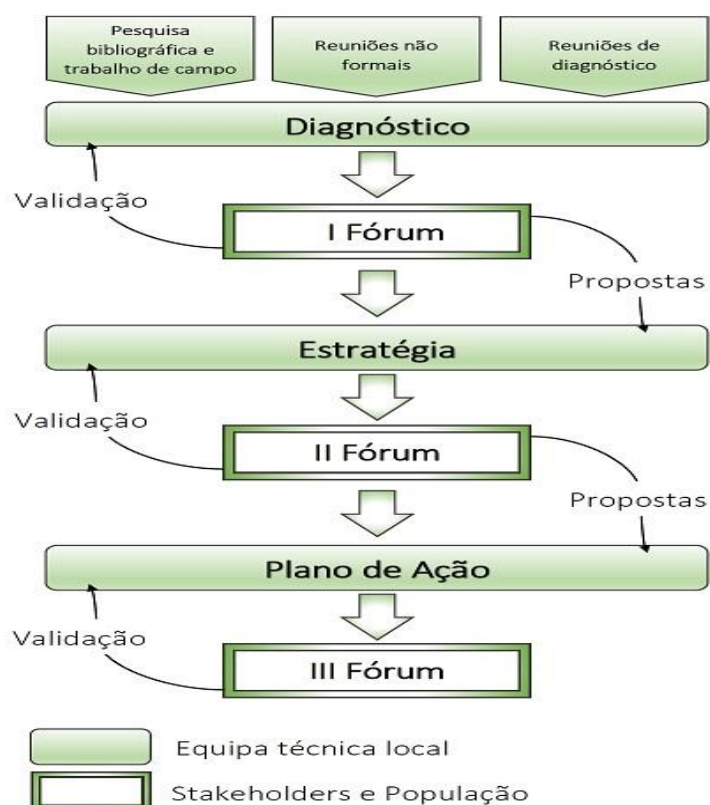


Figura 3 – Esquema da metodologia aplicada pela CETS. Fonte: Cruz, Azucena *et al.* (2014)

Em Portugal, a certificação europeia concedida aos parques naturais, teve o seu início em 2002, através da acreditação do Parque Nacional Peneda-Gerês. Em 2009, na conferência da Federação EUROPARC, foram entregues os certificados de adesão à CETS, resultando em 3 novas adesões de APs portuguesas, o Parque Natural do Douro Internacional, o Parque Natural de Montesinho, o Parque Natural do Alvão e o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Em 2012, a ilha de São Miguel, nos Açores, passou a fazer parte desta rede com a adesão das Terras do Priolo (ZPE da Vara / Ribeira do Guilherme) (ICNF, 2015). No que respeita às “Montanhas Mágicas”, foram também galardoadas por território CETS, em 2013, sendo constituídas pelos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra. A última candidatura a receber o certificado da CETS, foi a região do Alto Minho, em 2015, constituída pelos municípios de Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Monção, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Parte III

Capítulo IV: Contributo para o Dossier de Candidatura

IV. 1 Breve caracterização da Região Autónoma da Madeira

A RAM encontra-se situada no Oceano Atlântico, a Sudoeste da Península Ibérica, entre os paralelos 32º 52' N e 32º 38' N e os meridianos 16º 39' W e 17º 16' W. Está localizada a 900 km de Portugal Continental e a cerca de 600 km da costa de Marrocos e 450 km a norte das Canárias (figura 4).



Figura 4 – Arquipélago da Madeira e territórios mais próximos. Fonte: Carta de Portugal Continental e Regiões Autónomas, IGP (2003), *In* Plano de Ação para a Energia Sustentável. Ilha da Madeira

No que toca à distribuição da população, a Ilha da Madeira apresenta uma forte dissimetria populacional. Segundo as estatísticas de demográficas de 2013, a densidade populacional é elevada, sobretudo no concelho do Funchal (1426 hab/km²). Os restantes concelhos encontram-se abaixo dos 700 habitantes por Km², como são os casos dos concelhos vizinhos de Câmara de Lobos (670 hab/km²) e Santa Cruz (536 hab /km²). Os concelhos do Norte apresentaram valores bastante inferiores, sendo o de menor densidade o do Porto Moniz com apenas 31 Habitantes por km².

A Região, em 2013, apresentou uma população residente de 261 313 habitantes, dos quais 108 053 pertenciam ao concelho do Funchal. Já os concelhos do Norte da ilha concentram um número populacional bastante inferior, não ultrapassando, no seu conjunto, os 15 218 habitantes (ver tabela 2).

Tabela 2 – Estatísticas demográficas

Distribuição Geográfica		População Residente	Densidade Populacional (hab/km ²)
Sul	RAM	261 313	327
	Calheta	11 295	102
	Ponta do Sol	8 787	190
	Ribeira Brava	12 889	198
	Câmara de Lobos	34 798	670
	Funchal	108 053	1426
	Santa Cruz	43 827	536
	Machico	21 147	311
Norte	Santana	7 272	77
	São Vicente	5 416	69
	Porto Moniz	2 530	31
	Porto Santo	5 299	125

Fonte: DREM (2014)

Para se ter uma percepção da temperatura, podemos afirmar que a Ilha da Madeira, ao longo do ano, apresenta temperaturas amenas, exceto nas zonas mais elevadas. Segundo PRADA *et al.* (2003: 6), "*o clima na Madeira é condicionado, principalmente pela intensidade e localização do anticiclone subtropical dos Açores, tendo a configuração e orientação do relevo um papel importante*". Um aspeto a considerar, é o efeito de *Föhn*, que faz com que as temperaturas mais elevadas se registem na vertente sul, ou seja, o ar húmido que sobe a encosta norte arrefece, dando origem à condensação do vapor de água e formação de nuvens e chuva. Assim, na vertente sul o ar é mais seco. A ausência de elevada precipitação no Verão, deve-se sobretudo à Corrente Fria das Canárias na qual o alíseo efetua um curto trajeto, mas também através da subsidência do ar que ocorre na costa sul (QUINTAL e VIEIRA, 1985). Os ventos dominantes provenientes do norte são responsáveis pela ocorrência

de precipitação e de nevoeiro, devido a encontrarem um obstáculo, o Maciço Vulcânico Central, com orientação E-W com o topo a altitudes compreendidas entre 1500 e 1800 m. Os valores de precipitação são mais elevados nas vertentes situadas a norte. Registe-se que, a cotas iguais, poderá haver diferenças da ordem dos 500 mm entre as duas vertentes (DUARTE, 1995).

Em relação à geologia da Madeira, os materiais são de origem vulcânica e a sua formação teve origem no Miocénico. As erupções vulcânicas iniciaram-se há cerca de 20 milhões de anos, datando as últimas de há aproximadamente 1,7 milhões de anos (QUINTAL e VIEIRA, 1985). A sua morfologia é bastante influenciada pelas estruturas vulcânicas que lhes deram origem, em função da natureza das rochas, variações do nível do mar, ou ainda pelo clima e tempo de exposição aos agentes de erosão (RIBEIRO e RAMALHO, 2009). Ou seja, *“esta configuração corresponde ao relevo originado no fundo do oceano e do qual a ilha da Madeira, não é mais que a parte culminante que ultrapassa o nível do mar. A existência de uma alta região central, correspondendo aos grandes aparelhos vulcânicos iniciais, revela um elevado índice de erosão, sendo o seu modelado reflexo das nítidas diferenças de resistência evidenciadas pelos materiais litológicos.”* Os declives são imponentes e 65% da superfície da ilha apresenta declives superiores ao 25%, com realce para o maciço central onde se situam os picos de maior altitude. O relevo, nesta área, apresenta uma alternância entre picos de grande altitude e com vales profundos, configurando desníveis abruptos quase verticais e declives muito acentuados. (NEVES, 2010: 9).

IV. 2 Tendências do mercado turístico regional

Nos últimos anos, o Turismo regional tem-se desenvolvido a partir de uma maior segmentação da oferta turística, atraindo novos mercados. A elevada ocupação média anual mostra que a Madeira, como destino turístico, perdeu as suas características de mercado sazonal graças a novos mercados, como o germânico, que ultrapassou o mercado tradicional britânico (CORREIA e MENDES, 2000).

O setor do Turismo é a principal atividade económica da RAM, pois encontra-se articulado com diversos setores como a hotelaria, operadores turísticos, agências de viagem, restauração, comércio, portos, aeroportos, companhias aéreas, empresas de transporte e animação turística. Estima-se que o impacto global do turismo na economia da RAM, com base no ano de 2013, tenha representado 30% do VAB gerado, 24% do produto interno bruto (PIB), superando os 15% em termos do total de emprego da Região.

O estudo designado por Documento Estratégico para o Turismo na RAM (2015), considera necessário haver uma articulação com as linhas globais definidas para o setor a nível nacional, e que a proposta para Ilha da Madeira *“passa pelo contacto com a Natureza nas suas mais diversas formas, complementada pelo contacto com a história, cultura, gastronomia e vinhos da região, ao longo do ano, com uma orientação concertada à satisfação e bem-estar do turista em todos os momentos da sua viagem”* (ACIF, 2015: 4).

Podemos afirmar que o destino RAM se encontra numa fase de maturidade do ciclo de vida do produto, estando consolidado a nível internacional. Apesar disso, é ainda necessário *“adotar novas estratégias de reposicionamento para que não entre numa fase de declínio. Este reposicionamento deverá passar, nomeadamente, pela captação de novos segmentos de mercado (famílias, casais jovens, turismo de congressos, turismo de incentivos, de terceira idade, de saúde, TER e turismo de natureza), com privilégio para o território interior e Costa Norte, ao contrário de opções pelo imobiliário-turístico concentrado na grande aglomeração do Funchal (...)”*(IDR, 2013: 16).

A atratividade apresentada pela Região (clima, paisagem, flora, mar) tem sido considerada como fator de maior expressão perante a qualidade da oferta turística, devendo ser cumpridas medidas de preservação e valorização. Desta forma, é possível consolidar a imagem da Região, melhorando a sua competitividade, perante o exigente contexto mundial de grande competição que os diversos destinos turísticos apresentam (POPRAM, 2000).

O mercado turístico regional registou, em 2014, uma tendência crescente em relação ao número de hóspedes entrados nas várias unidades hoteleiras. Podemos observar na figura 5, que as entradas em unidades hoteleiras regionais foram de 970 093 hóspedes (DREM, 2015a), havendo uma variação positiva de 5.7% face ao ano anterior. Podemos ainda destacar que o número de hóspedes residentes em Portugal e no Estrangeiro registaram crescimentos de 20,9% e 17,0%, face ao ano anterior.

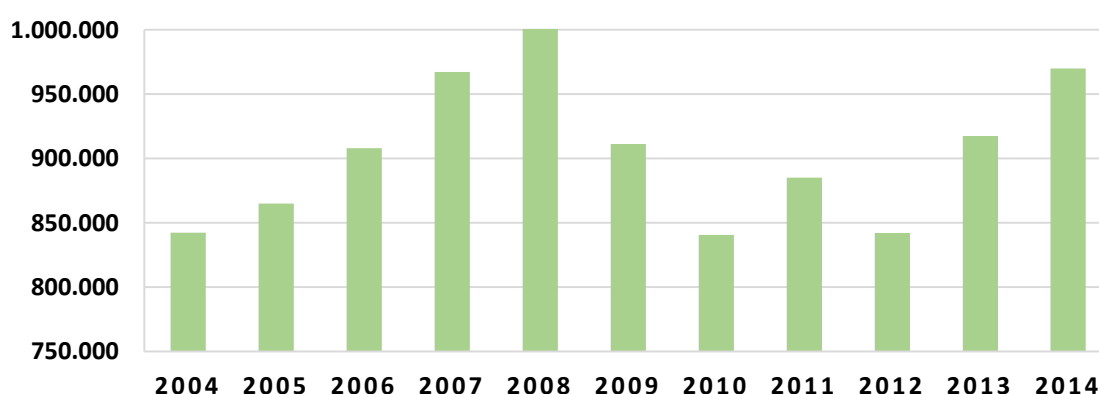


Figura 5 – Hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros entre 2004-2014. Fonte: DREM (2014b)

No âmbito dos principais mercados internacionais emissores, destaca-se a Alemanha (178 206 de hóspedes), o Reino Unido (181 732 de hóspedes), a França (117464 de hóspedes), a Espanha (34 257 de hóspedes), os Países Baixos (31 959 de hóspedes) e a Suécia (21 770 de hóspedes). Portugal assume-me como o principal mercado, com 199 993 de hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros.

A capacidade de alojamento disponível dos estabelecimentos hoteleiros foi de 28 281 camas, refletindo uma variação homóloga positiva de 1,5%. Quanto aos estabelecimentos hoteleiros em funcionamento em 2014, foram de 159, constituindo resultados semelhantes ao ano anterior.

O RevPar (*Revenue per Available Room*) para Região em 2014, centrou-se nos 36,68 euros, situando-se 5,3% acima do verificado no ano anterior (34,83 euros). O tipo de estabelecimento turístico que atingiu o valor mais elevado foram as estalagens (50,49 euros), seguindo dos hotéis (40,58 euros) (DREM, 2015a).

Quanto aos passageiros desembarcados no aeroporto da Madeira, em 2014, registaram-se um número de 1 220 869, que representam um aumento de 3,7%, relativamente ao ano anterior. O Porto Santo, em 2014, teve um crescimento de 12,8% em relação a 2013, com 49 121 de passageiros desembarcados. Em relação às embarcações entradas nos portos da Região durante o período de análise, as de “Passageiros” e de “Cruzeiros” corresponderam a 48,2% e 23,1% do total, respetivamente. O porto do Funchal recebeu em trânsito, um total de 472 534 passageiros, dos quais 90,2% europeus (DREM, 2015c).

No que toca à distribuição do número de dormidas por municípios, o Funchal lidera com 85%, seguindo-se Santa Cruz com 11%. São, também, estes conselhos os que integram o maior número de unidades hoteleiras, 85 e 18 respetivamente, das 159 existentes na Região. De acordo com o número de hóspedes por municípios, observamos valores distintos entre a costa norte (173 996 hóspedes) e costa sul (897 733 hóspedes). Nesta última, só o Funchal teve um total de 754255 hóspedes entrados nos seus estabelecimentos hoteleiros, em 2014. Esta desigualdade resulta do número de estabelecimentos hoteleiros, constatando-se que o parque hoteleiro na costa norte é bastante inferior ao observado no concelho do Funchal e noutros da costa sul. A taxa de ocupação-quarto situa-se entre 66,2% na sul e os 33,9%, obtendo valores superiores comparativamente ao ano de 2012 (42,4% e 29,9%).

No caso da *RevPar* ou receita por quarto disponível, nos concelhos do norte situa-se entre os 33,78 e 14,93 euros, registando valores inferiores, em relação a outros municípios. Os dados relativos às dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, em 2014, salientam os concelhos do Funchal, Santa Cruz, como maior número de dormidas (433 2571, 84 6574, respetivamente) (DREM, 2014a). Relativamente à estada média nos estabelecimentos, de notar que, nos valores obtidos na costa norte, São Vicente obtém um valor elevado (6), em relação aos restantes concelhos da Região (tabela 3).

Tabela 3 – Principais dados turísticos em 2014

		Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros (2014)	N.º de estabelecimentos hoteleiros	Taxa líquida de ocupação-quarto (2014)	RevPar por Município	Estada Média	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros
	R.A. Madeira	1 140 250	159	65,7	36,68	5,5	6 267 443
Costa Sul	Calheta	38 502	8	75,1	34,97	5,2	200 059
	Câmara de Lobos	14 755	4	45,1	20,48	5,8	85 938
	Funchal	754 255	85	71,1	41,18	5,7	4 332 571
	Machico	41 031	10	42,6	18,19	3,8	154 159
	Ponta do Sol	15 683	3	79,7	45,66	4,8	75 552
	Ribeira Brava	17 869	6	48	20,58	2,6	45 749
	Santa Cruz	15 638	5	38,4	16,82	3	46 452
Costa Norte	Porto Moniz	141 784	18	66,2	33,78	6	846 574
	São Vicente	12 158	4	33,9	14,93	3,2	39 473
	Santana	20 054	6	49,1	21,33	5	101 116

Fonte: DREM, 2015a

Estes dados são interessantes, pois os concelhos localizados na costa norte apresentam um maior número de atividades vocacionadas para o turismo de natureza, contrariando, assim, a tendência de outros anos em que a costa sul registava o valor mais elevado. Em 2014, a taxa-líquida de ocupação-cama atingiu os 60,9% +1,6 pontos percentuais que em 2013. Os hotéis-apartamentos (65,6%) e os hotéis (62,2%), obtiveram valores acima da média. Com resultados opostos, surgiram os aldeamentos turísticos (38,7%) e as pensões (42,7%). Em termos locais, a taxa-líquida de ocupação-cama, registou o resultado mais baixo da RAM em Santana, na costa norte, com apenas 32,6%, com os restantes concelhos a situarem-se em 46,8%. Na costa sul, a Ponta do Sol atingiu o valor mais elevado (73,4%). Quanto aos concelhos do Funchal, Calheta e Santa Cruz, registaram valores acima da média (65,6%, 64,8%, 61,8%, respetivamente).

No que concerne aos proveitos totais na hotelaria tradicional, estes apresentaram uma variação homóloga positiva de 7,8%, contabilizando cerca de 293,4 milhões de euros. Desta forma, os hotéis foram responsáveis por 65,8%, enquanto aos hotéis-apartamentos corresponderam apenas 22,4% dos proveitos totais. Importa salientar as tendências de mercado regional, no que diz respeito ao turismo em espaço rural, mercado que tem vindo a crescer, e tornar-se cada vez mais importante para as áreas rurais da Região. De acordo com a tabela 4, o número de estabelecimentos em espaço rural foi, em 2014, de 50, mantendo a média do ano transato. Em relação ao número de dormidas, registou-se em 2014 um aumento de 31 194 dormidas, representando um acréscimo de 13, 2%, relativamente a 2010. Esta tendência é notória no número de hóspedes, cujo valor foi de 15 745, em resultado, sobretudo, da aposta em campanhas promocionais, traduzindo uma maior visibilidade e aumentando o número de visitas na Região (DREM, 2015b).

Tabela 4 – Principais indicadores do Turismo em Espaço Rural

Indicadores	2010	2011	2012	2013	2014
Hóspedes entrados (N.º)	7954	8644	11200	12675	14534
Hóspedes (N.º)	8699	9716	12119	13770	15745
Dormidas (N.º)	36810	43712	54812	60055	68004
Estada média (N.º de noites)	4,2	4,5	4,5	4,4	4,3
Taxa de ocupação (%)	17	20	24	26	34
Proveitos totais (milhares de euros)	1238	1462	1820	2074	2422
Estabelecimentos (N.º)	49	50	52	50	50

Fonte: DREM, 2014b

Os principais mercados emissores, em 2014 foram a Alemanha, com 32 556 dormidas, França, com 9 443, Países Baixos, com 6 980, Reino Unido, com 3 233 e Suíça, com 2 359. O número de dormidas de estrangeiros não residentes foi de 64 470, registando uma variação homóloga de +14,6%, sendo os turistas da Alemanha responsáveis por 47,9% do total das dormidas, aumentando para 19,7% em comparação com o ano anterior. Dos restantes mercados externos seguem-se a França (13,9%), os Países Baixos (10,3%) e o Reino Unido (4,8%). Quanto à estadia média, o valor baixou para 4,3 (noites), em 2014. De realçar a taxa de ocupação que registou, em 2014, um crescimento de 7,8%. Se recuarmos para ano de 2010, este aumento é ainda mais significativo, chegando aos 16,7%. O turismo em espaço rural, em 2014, ultrapassou os 2,4 milhares de euros (+16,8% que o ano anterior), tendo sido 87, 6% proveitos de aposento. Podemos considerar que este segmento está em expansão e poderá contribuir muito positivamente para os lucros totais do turismo na Região (DREM, 2015a).

IV. 3 Áreas Protegidas da RAM

À semelhança das iniciativas políticas internacionais, no âmbito da classificação e proteção de áreas naturais, a União Europeia introduziu medidas de proteção e gestão, incluindo a participação de intervenientes nacionais e locais. Este compromisso foi instituído pela Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats), com o intuito de criar uma rede europeia para a conservação da natureza, denominada Natura 2000.

Relativamente aos termos da Diretiva Aves 79/409/CE, é composta por “zonas de proteção especial” (ZPE), e nos termos da diretiva Habitats por “zonas especiais de conservação” (ZEC). A Rede Natura 2000 tem como prioridade a conservação da flora e da fauna na gestão dos recursos naturais, de maneira a assegurar a ideia de que a natureza não tem fronteiras administrativas. Neste contexto, é possível preservar e avaliar a vitalidade e diversidade potencial dos recursos ambientais, agindo à escala internacional (SOUZA, 2006: 79). Em 1970, o Estado Português criou o seu primeiro diploma de vocação ambiental, tendo sido antecipado, contudo, pela Sociedade Civil, cerca de vinte anos, quando esta última criou a Liga de Proteção para a Natureza, em

1948. A primeira AP a ser criada foi o Parque Nacional da Peneda-Gerês (Decreto n.º187/71, de 8 de maio), sendo, até hoje, a única a possuir estatuto de âmbito nacional. A lei previa a *“criação de parques nacionais e de outro tipo de reservas”* (cfr. Base IV). No entanto, esta lei foi substituída pelo Decreto-Lei n.º613/76, de 27 de julho.

Durante este período, apesar de o país estar numa situação política conturbada, este decreto constitui uma referência para o quadro legislativo português. Mais tarde, o regime jurídico das APs foi novamente alterado, a partir do Decreto-Lei n.º 19/93 (atualizado pelo Decreto-Lei n.º213/97, de 16 de agosto), prevendo a constituição da Rede Nacional das APs, introduzindo novas figuras de dimensão nacional, regional, e local e de estatuto privado (art. 2.º) (Frade, 1999: 78). Segundo BATISTA (2010: 35), *“esta é a novidade mais sensível: a construção de uma estrutura de zonas ecologicamente relevantes, que abrangem interesses com expressão geográfica e funcional diversificada, com gestão cometida às autarquias locais ou as associações de municípios”*. A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) sofreu alterações, quando o Estado Português aprovou o Decreto-Lei n.º19/93, de 23 de janeiro. Segundo SOUZA (2006), o Decreto de Lei n.º 19/93, atribuiu diferentes estatutos de proteção aos espaços naturais classificados em Portugal, assentes nos critérios definidos pela IUCN. Esta diferenciação reconhece cinco categorias: o Parque Nacional, os Parques Naturais, as Reservas Naturais, as Paisagens Protegidas e os Monumentos Naturais.

O arquipélago da Madeira apresenta um conjunto de valores naturais, que, conjugados com a importância da sua preservação, apresentam um vasto e importante património natural e paisagístico. Destacam-se pelas suas particularidades distintas, que vão desde áreas de elevada altitude, interessantíssimas do ponto de vista geológico, como as manchas florestais que incluem a Laurissilva. Ao descer em direção ao litoral, as áreas costeiras apresentam imponentes arribas, onde também se destacam as áreas marinhas protegidas. As suas APs encontram-se distribuídas por todas as ilhas da Região (ver tabela 5), incluindo espaços classificados pela Rede

Natura 2000⁸, nomeadamente ao abrigo da Diretiva Habitats (11 Zonas Especiais de Conservação - ZEC) e ao abrigo da Diretiva Aves (5 Zonas de Proteção Especial - ZPE).

Tabela 5 – Proporção das Área Protegida da RAM

Área Protegida	Área Total (km²)	Área Terrestre (km²)	Área Marinha (km²)
Parque Natural da Madeira	444,1	444,1	0
Reserva Natural Parcial do Garajau	3,8	0	3,8
Reserva Natural da Rocha do Navio	17,1	0,2	17,1
Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo	26,7	2,1	24,6
Reserva Natural das ilhas Desertas	125,9	14	111,9
Reserva Natural das ilhas Selvagens	94,3	2,8	91,5

Fonte: DRIGOT (2007)

Parque Natural da Madeira

O PNM foi criado pelo Decreto-Lei n.º14/82/M, de 10 de novembro, visando entre outros aspetos, a proteção da natureza, a manutenção do equilíbrio ecológico, e a defesa da paisagem e do habitat natural. Destaca-se quer pela riqueza do seu património natural e pela beleza que as paisagens evidenciam, quer pelo património cultural e, pelo facto, de estar aberto ao público na íntegra. Ao visitar o PNM, é possível perceber o processo de colonização da ilha, desde o séc. XV até aos tempos hodiernos, que resultou de um trabalho árduo e bastante persistente, tendo conseguido vencer as adversidades impostas pelo relevo, clima e isolamento geográfico.

⁸ Para mais informações consultar, anexo 5.

O Parque apresenta uma vasta área cerca de 2/3 do território da Ilha da Madeira (figura 6), estando inserido em todos os concelhos da Região. Contudo, não inclui os centros urbanos, maioritariamente concentrados na vertente sul, onde reside cerca de 70% da população.



Figura 6 – Mapa da área do Parque Natural da Madeira. Fonte: PNM (2015)

O concelho da Calheta, o maior da Região, detém também, a maior parcela do PNM (tabela 6). Em relação à área terrestre protegida, o concelho do Porto Moniz apresenta também uma área elevada, atingindo os 69,53 km².

No entanto, a área de Parque encontra-se toda ela envolvida por uma zona de tampão, chamada “Zona de Transição”, designada assim com o objetivo de absorver os impactes das intervenções humanas realizadas fora do parque, para que estas não contribuam de modo prejudicial sobre as áreas com estatuto de proteção mais elevado.

Tabela 6 – Proporção de Área Protegida por concelho da RAM

Concelhos	Área de Concelho (km ²)	Área terrestre protegida - PNM (km ²)
Calheta	111,52	72,59
Câmara de Lobos	52,15	32,27
Funchal	76,15	29,36
Machico	68,31	35,39
Ponta do Sol	46,19	29,76
Porto Moniz	82,93	69,53
Ribeira Brava	65,40	50,02
Santa Cruz	81,50	25,59
Santana	95,56	64,08
São Vicente	78,82	52,28

Fonte: DRIGOT, 2007

O PNM destaca-se por deter diversos estatutos de proteção, onde se incluem zonas de elevados valores de conservação, tais como o Maciço Montanhoso Central, praticamente a totalidade da Laurissilva da Madeira, a Ponta de São Lourenço e algumas zonas agrícolas ricas do ponto de vista do seu património cultural e paisagístico. (PNM, 2015).

Reserva Natural Parcial do Garajau

Esta Reserva é exclusivamente marinha encontrando-se classificada através do Decreto Legislativo Regional n.º23/86/M, de 21 de Agosto, como Reserva Natural Parcial (figura 7). A criação desta reserva surgiu por iniciativa de um grupo de madeirenses que se aperceberam da potencialidade que o local possuía, como forma de “travar” o fenómeno de depauperação do meio marinho.

Esse facto veio impedir, assim, a progressiva desertificação dos fundos marinhos deste setor do litoral e otimizar o mapeamento faunístico das áreas adjacentes. Localizada na costa sul da Ilha da Madeira, a leste do Funchal, ocupa uma área de, aproximadamente, 276 hectares, limitada pela Ponta do Lazareto a oeste, e a leste pela Ponta da Oliveira, e é caracterizada por possuir uma costa rochosa (PNM, 2015).



Figura 7 – Mapa da Reserva Natural Parcial do Garajau. Fonte: PNM (2015)

Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio

O Sítio da Rocha do Navio (figura 8), localizado no litoral norte da Ilha da Madeira, no concelho de Santana, é, desde 1997, uma reserva exclusivamente marinha. Foi criada através do Decreto Legislativo Regional n.º11/97/M, de 30 de Junho, com o objetivo de evitar a degradação progressiva dos recursos pesqueiros provocada pelo uso de redes de emalhar e de explosivos.



Figura 8 – Paisagem da Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio.

Fonte: Luís Soares (2015)

Esta Reserva Natural tem uma área total de 1710 ha e um comprimento total de 6259 m, sendo delimitada pela Ponta do Clérigo a este e a Ponta de São Jorge. Integra a Rede Ecológica Europeia de Zonas Especiais de Conservação - Rede Natura 2000, caracterizada pela combinação de vários valores naturais, científicos e culturais, destacando-se o património botânico (PNM, 2015).

Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo

Foi atribuída o estatuto de Área Protegida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/M, de 13 de agosto. Toda a parte terrestre, constituída pelos seis ilhéus, é Sítio de Importância Comunitária, integrando também a Rede Ecológica Europeia denominada Natura 2000, através da Portaria n.º 829/2007, de 01 de agosto.

É constituídas por todos os ilhéus circundantes à Ilha do Porto Santo, nomeadamente o das Cenouras, o de Baixo ou da Cal, o de Cima ou dos Dragoeiros, mais recentemente conhecido por Farol, o de Fora ou Rocha do Nordeste, o da Fonte da Areia e o de Ferro, e a parte marinha circundante ao Ilhéu da Cal (figura 9) e ao Ilhéu de Cima. (SRARN, 2009b).



Figura 9 – Ilhéu da Cal. Fonte: Luís Soares (2015)

Reserva Natural das Ilhas Desertas

As Ilhas Desertas estão legalmente protegidas (Decreto Legislativo Regional n.º14/90/M, de Maio) como Área de Proteção Especial, desde 1990, passando em 1995 a Reserva Natural (Decreto Legislativo Regional n.º9/95/M, de 20 de Maio). Estas Ilhas são formadas por um grupo de três, Ilhéu Chão, Deserta Grande e Bugio, adjacentes à ilha da Madeira. As Ilhas Desertas, devido à combinação de uma variedade de fatores, nomeadamente, localização geográfica, isolamento e condições muito difíceis de colonização, conservam habitats que são representativos e importantes para a conservação *in situ* da biodiversidade, particularmente dos endemismos e das espécies que são vulneráveis a nível Mundial (SRARN e SPNM, 2005).

Reserva Natural das Ilhas Selvagens

Possui categoria de Reserva Natural Integral (Decreto-Lei n.º458/71, de 29 de outubro, tendo sido revisto pelos Decretos Regionais n.º15/78/M, de 10 de março e n.º11/81/M, de 7 de abril). Mais tarde, em 1986, (Decreto-Lei n.º13/86, de 28 de maio), a Assembleia da República definiu e garantiu apoio ao Governo Regional da Madeira na proteção das Ilhas Selvagens como Reserva Natural. Este grupo de ilhas oceânicas é de origem vulcânica e a sua história relaciona-se com a abertura do oceano atlântico, tendo emergido há cerca de 27 milhões de anos e constituindo um grande valor em termos de património geológico. Situa-se na margem superior da plataforma marinha das Canárias, nunca tendo havido contacto com o Continente Africano (SRARN e SPNM, 2004).

IV. 4 Recursos naturais

Os habitats naturais patentes nas APs da RAM apresentam um importante contributo fornecendo um conjunto de serviços às comunidades humanas, sendo essencial a valorização e preservação dos seus recursos naturais, garantindo um desenvolvimento sustentável do território. A criação destas áreas protegidas foi estratégica, no que diz respeito ao reconhecimento dos valores presentes, criando

condições para a preservação dos ecossistemas e recursos mais frágeis. Os valores naturais a proteger encontram-se distribuídos pelas diversas áreas protegidas, acima expostas, caracterizando-se por ser um património natural valioso, e de carácter único no que concerne algumas espécies e habitats naturais.

A preocupação com os diversos valores naturais que o arquipélago da Madeira possui, é comprovada pela existência das várias APs, tendo por objetivo a implementação de medidas de preservação. No entanto, o apoio ou coordenação de trabalhos científicos permite, criar condições de resposta a eventuais ameaças relacionados com a gestão da biodiversidade.

Quanto aos habitats naturais, localizados em zonas de montanha, nomeadamente o coberto vegetal, este contribui para a infiltração de água no subsolo, constituindo uma importância vital no abastecimento de águas às populações, bem como ajuda a fixar os solos, minimizando a sua erosão e os consequentes riscos naturais. Neste sentido, são também desenvolvidas atividades de carácter educativo para o bem-estar das populações adjacentes, visando o aumento do conhecimento e captação do interesse das várias camadas etárias e, através de instrumentos e estruturas, é dado a conhecer o património natural e cultural existente de forma responsável.

Assim, é possível garantir a proteção da enorme diversidade biológica e geológica e preservar a qualidade ambiental, assegurando o bem-estar das comunidades humanas presentes e futuras. Um dos habitats prioritários, em termos de conservação, é a floresta Laurissilva (figura 10), localizada essencialmente na costa norte, entre os 300 aos 1300m e classificada pela UNESCO como Património Natural Mundial. Ocupando 20% da superfície total da ilha (15000 hectares), está maioritariamente em área de Parque Natural, detendo uma vastíssima diversidade biológica. A floresta apresenta características húmidas e subtropicais, remontando a sua origem ao terciário. Nas últimas glaciações, deu-se o seu total desaparecimento no continente europeu, sobrevivendo apenas nos arquipélagos atlânticos como o dos Açores, o da Madeira e o das Canárias (SPNM, 2008).



Figura 10 – Laurissilva, a floresta indígena da Madeira, classificada pela Unesco como património Natural da Humanidade. Fonte: Luís Soares, 2015

Em 1992, a Laurissilva foi classificada como Reserva Biogenética pelo Conselho da Europa, passando a incluir, em 1999, a lista do Património Natural Mundial da UNESCO, o único Património Natural Mundial de Portugal. Em 2001, foi integrada como Sítio de Importância Comunitária da Rede Ecológica Europeia Natura 2000 e, no âmbito da Diretiva Aves, é Zona de Proteção Especial. Em 2009, e após a aprovação do seu Plano de Ordenamento e Gestão, passou a Zona Especial de Conservação. O seu papel é fundamental para a manutenção dos recursos hídricos da Ilha da Madeira, sendo responsável pela recarga dos aquíferos da ilha, permitindo, como já foi referido, a infiltração das precipitações ocultas, sobretudo nas encostas viradas a norte (SPNM, 2008). Segundo o anexo I da Diretiva "Habitats", os restantes habitats naturais prioritários são: as Falésias com flora endémica das costas macaronésicas (1250); as Formações baixas de euforbiáceas junto de falésias (5320) as Laurissilvas Macaronésias (9360)⁹.

O Maciço Montanhoso Central apresenta uma estrutura de origem vulcânica, ocupando uma área aproximada de 6.224 ha, compreendendo toda a cordilheira montanhosa central da ilha, acima dos 1400 metros de altitude, com orientação Este-Oeste, dividindo-a em duas vertentes, Sul e Norte, com declives acentuados e bastante

⁹ Para mais informações, consultar anexo 6.

distintos. Este Maciço encontra-se, totalmente integrado em área de PNM como Reserva Geológica e de Vegetação de Altitude, tendo sido, em 2001, classificado como Sítio de Importância Comunitária da Rede Ecológica Europeia Natura 2000. Em 2009, e após a aprovação do seu Plano de Ordenamento e Gestão, passou a Zona Especial de Conservação. Ao abrigo da Diretiva Aves, a sua parte oriental é Zona de Proteção Especial. A parte terrestre da Ponta de São Lourenço (PSL), encontra-se integrada em área de PNM, desde a sua criação. Os habitats naturais da PSL são referenciados pelo anexo I da Diretiva " Habitats" são: Charnecas macaronésicas endémicas (4050), Prados mesófilos macaronésios (6180), Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica (8220) (SRARN, 2009c).

A PSL é a península mais oriental da Ilha da Madeira e tem no seu prolongamento dois ilhéus – o Ilhéu do Desembarcadouro (também conhecido por Ilhéu da Metade ou Cevada) e o Ilhéu do Farol (conhecido por Ilhéu da Ponta de São Lourenço ou de Fora), albergando ecossistemas importantes e expressivos para a conservação da biodiversidade, compreendendo vários tipos de habitats contemplados na Rede Natura 2000, de acordo com a Diretiva Habitats (92/43/CEE Anexo I) (SRARN e SPNM, 2010).

A Reserva Natural Parcial do Garajau possui uma riqueza biológica e as águas transparentes e limpas, apresentam uma grande aptidão do ponto de vista lúdico, educativo e científico, onde se desenvolvem atividades de mergulho, funcionando como atrativo e trazendo um grande número de mergulhadores amadores à região. Os fundos marinhos são de carácter rochoso até aos 22 metros de profundidade, sendo povoados por uma abundante fauna. A Reserva Natural da Rocha do Navio apresenta uma grande diversidade de habitats naturais, destacando-se as falésias com flora endémica das costas macaronésias (1250), formações baixas de euforbiáceas junto a falésias (5320) e grutas marinhas submersas ou semissubmerjas (8330). O Ilhéu da Viúva apresenta um património florístico natural, característico do litoral madeirense, onde se evidenciam várias espécies de plantas exclusivas do arquipélago da Madeira (SRARN , 2010).

A Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo apresenta uma característica ecológica que, ao juntar a presença de ilhéus rochosos, reúne um relevo particular do ponto de vista da biodiversidade. Os Ilhéus do Porto Santo são propriedade da RAM. Com uma aparência inóspita, estes locais detêm uma natureza vulcânica e de relevo acidentado, de importante valor natural, paisagístico e científico, com interesse em ser conservado.

A Reserva Natural das Ilhas Desertas apresenta habitats de grande interesse em termos de biodiversidade, combinando uma série de fatores, nomeadamente, localização geográfica, isolamento e condições muito difíceis de colonização, particularmente dos endemismos e das espécies que são vulneráveis a nível Mundial¹⁰ (SRARN e SPNM, 2005).

A Reserva Natural das Ilhas Selvagens contém um conjunto de ecossistemas naturais importantes, em particular de espécies mundialmente vulneráveis. Alguns dos diversos habitats estão classificados em cinco categorias de habitats contempladas na Rede Natura 2000, de acordo com a Diretiva Habitats, nomeadamente bancos de areia permanentemente cobertos por água do mar pouco profunda; lodaçais e areias a descoberto na maré baixa; enseadas e baías pouco profundas; falésias com flora endémica das costas macaronésias e formações baixas de euforbiáceas junto a falésias.

IV. 5 Recursos turísticos

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º112/98, de 25 de agosto, nasce do princípio de que as áreas classificadas devem surgir no seguimento do contexto nacional e internacional, como destinos turísticos que associem a existência de valores naturais e culturais bem preservados, estabelecendo um atributo indissociável do turismo de natureza, sendo necessário, para tal, conseguir um equilíbrio na preservação dos valores existentes com a atividade turística.

¹⁰ Para mais informações, consultar anexo 7.

As áreas protegidas apresentam-se como excelentes destinos turísticos, de âmbito internacional e nacional, detendo uma variedade de habitats, cujos atributos estão intrinsecamente ligados ao turismo de natureza. Para uma correta gestão destas áreas, é importante ajustar a preservação dos recursos existentes, com a atividade turística de forma a obter resultados positivos, ao nível do desenvolvimento local, de forma a garantir que os recursos existentes, não comprometam o uso dos mesmos pelas gerações vindouras. Estas iniciativas devem atuar em conformidade com o ponto de vista ambiental, adotando medidas de gestão de proteção de recursos, como o uso de tecnologias não poluentes, utilizando eficazmente os recursos escassos (água e energia). Contudo, para que Portugal consiga obter uma imagem de um destino de qualidade, diversificado e competitivo, deve garantir uma articulação entre o património natural e cultural, e as políticas setoriais, de forma a assegurar um desenvolvimento compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais de cada uma dessas áreas, bem como dos recursos culturais. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015).

Convém realçar o benefício que a atividade turística desempenha nas áreas protegidas, não só através das atividades económicas associadas, mas também através da valorização do seu património natural e cultural, estabelecendo assim um carácter dinâmico ao território, impulsionando o desenvolvimento local e regional. O alojamento turístico encontra-se diretamente associado em relação à atividade turística, existindo um elevado potencial, do ponto de vista do desenvolvimento de estabelecimentos de alojamento na tipologia de “Turismo de Natureza”. Definindo-se como produto turístico, é composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação ambiental, cujo principal objetivo é proporcionar uma oferta de todos os recursos existentes nas áreas protegidas. Em relação às instalações *“onde se desenvolve o turismo de natureza devem integrar-se de modo adequado nas áreas onde se situam, por forma a preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, ambiental e paisagístico das respetivas regiões, designadamente através do aproveitamento e manutenção de casas ou construções tradicionais.”* (Decreto-Lei n.º 56/2002, art.º 3º).

Segundo Fernandes (2013), os sistemas turísticos são complexos e dinâmicos, funcionando em rede, entre diversos atores, quer ao nível do setor público quer ao nível do privado. No âmbito da oferta do turismo, as políticas adotadas são sobretudo a partir de uma combinação de políticas operadas por diversas estruturas, que, dependendo dos tipos de mercado, executam planos de ação, visando a promoção dos mesmos.

Esta oferta é representada pelo setor público, desenvolvendo-se por via de estruturas governamentais regionais, como a Secretaria Regional do Turismo e Transportes (SRTT), a SRARN e as autarquias locais. No caso do setor privado, estão ligadas a empresas de animação turística, a unidades hoteleiras e aos intermediários (agências de viagens e turismo). As empresas de animação turística especializadas em organização de atividades lúdicas, variam entre temáticas, desportivas, culturais ou de lazer.

Ao nível das linhas de atuação definidas no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para a RAM, afirma-se que elas visam os mercados externos, de forma a beneficiar também dos mercados internos. Neste sentido, estão inerentes ao turismo de natureza, os seguintes objetivos: estruturação da oferta; diversificação de experiências (turismo rural); criação de conteúdos e a sua disponibilização em formato televisivo, adicionando ao mercado produtos como passeios a pé, de bicicleta, entre outros (ACIF, 2015). No segmento do Turismo de Natureza, a RAM apresenta uma grande diversidade que proporciona ao turista a conjugação da montanha com o mar, evidenciando-se uma experiência de grande valor simbólico e interagindo e usufruindo com a natureza.

Uma das questões importantes que se coloca neste tipo de atividades ao ar livre, é a forma como o consumidor irá praticá-las, sendo possível fazê-lo através de duas formas díspares: a primeira assenta na responsabilidade autónoma, sem recurso a entidade ou empresa especializada, a segunda implica o recurso à organização que vende estas atividades, ou adquirindo um serviço a uma empresa qualificada. De registar, a necessidade de os consumidores avaliarem as suas capacidades, preparando-se para este tipo de atividades, respeitando a natureza e nunca duvidando

das suas potencialidades, como da sua envolvência (biodiversidade, património cultural e populações locais).

O Turismo de Natureza engloba as seguintes atividades (ACIF, 2015):

- Passeios a pé (atividade muito procurada, ao longo do ano):
- Percursos Pedestres
- Levadas e Veredas
- Excursões
- Passeios de Bicicleta/ Passeios a Cavalo
- Atividades Específicas de Outdoor
- *Trail Running*
- Parapente/Asa Delta
- *Geocaching*
- Excursões 4X4
- BTT
- *Downhill*
- Escalada
- *Canyoning*
- Contemplação da Natureza
- *Birdwatching*
- Observação de Cetáceos

As Levadas

As Levadas e Veredas, segundo estudos locais, chegam a ser percorridas diariamente por cerca de cinco mil pessoas. Têm vindo a ser um forte foco de atração turística, muito pelas sensações que oferecem, como as paisagens deslumbrantes que proporcionam emoções inesquecíveis aos seus visitantes. São mais de duzentas que atravessam a ilha, sendo a maioria acessíveis, mas variando o seu grau de dificuldade (figura 11).

A lista de percursos pedestres localizados na Ilha da Madeira e Porto Santo atualmente é constituída por 28 percursos. Segundo a Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza, as levadas que integram percursos pedestres recomendados na RAM são:

- Levada do Barreiro (Poço da Neve – Casa do Barreiro, 6,7 km);
- Levada das 25 Fontes (Rabaçal - 25 Fontes, 4,6 km);
- Levada do Risco (Rabaçal – Risco, 3 km);
- Levada do Moinho (Ribeira da Cruz – Tornadouro, 10,5 km);
- Levada do Caldeirão Verde (Queimadas – Caldeirão Verde – Caldeirão do Inferno, 6,5 km);
- Levada do Furado (Ribeiro Frio – Portela, 11 km);
- Levada dos Cedros (Fanal – Curral Falso, 7,2 km);
- Levada Fajã do Rodrigues (Fajã da Ama – Ribeira do Inferno, 3,9 km);
- Levada do Rei (Quebradas - Ribeiro Bonito, 5,3 km).

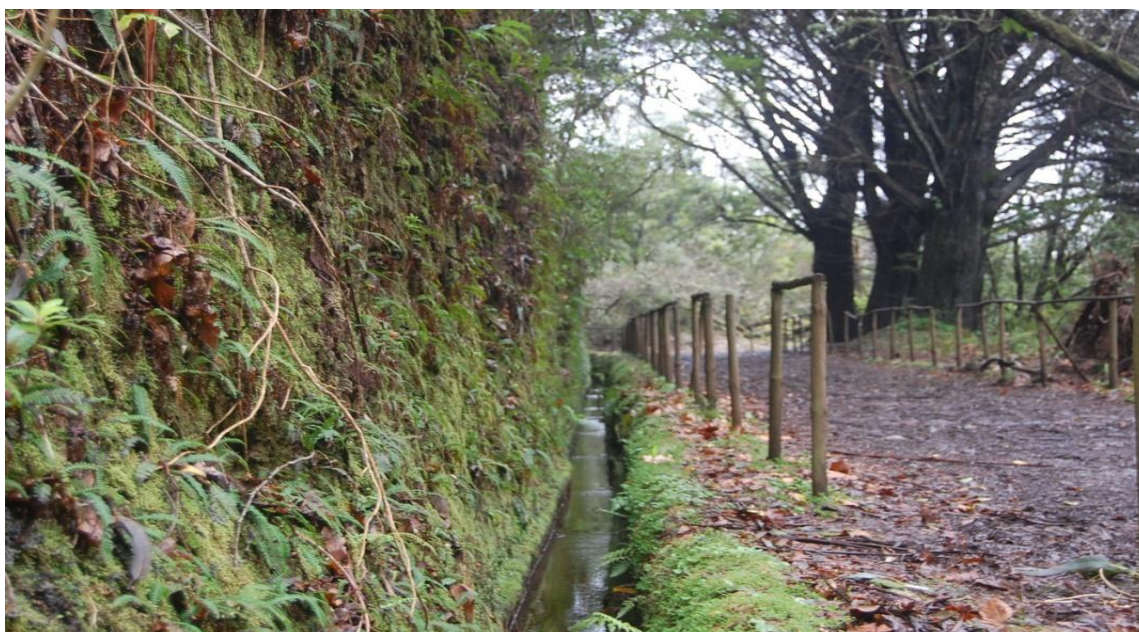


Figura 11 – Levada das Queimadas, concelho de Santana, no norte da ilha. Fonte: Luís Soares, 2015

Paisagem Natural e Humanizada

As paisagens da Região são compostas por um relevo acidentado e encostas declivosas, condicionando fortemente o desenvolvimento da atividade agrícola. Desde a colonização da ilha, que a população local esteve ligada à agricultura, o que forçou a adaptação às condições difíceis do terreno.

A partir de 1425, iniciou-se a construção dos poios (figura 12), termo local que designa socalcos construídos nas encostas das montanhas com muros de pedra que suportavam o solo agrícola. Hoje em dia, estão localizados por toda a Ilha e representam uma imagem de marca da paisagem insular.



Figura 12 – Poios agrícolas, localizados a norte da Freguesia de Machico.

Fonte: Luís Soares, 2015

Flora e Fauna

A flora e a fauna da Região apresentam-se como um recurso rico, em espécies exclusivas ou endémicas, representando um património de grande valor, singular e vulnerável. O interesse específico por parte de observadores de aves, ornitólogos e entusiastas da natureza, leva a que viagem por todo o mundo, à descoberta de áreas com património natural (flora e fauna) exclusivo. Este tipo de turismo ecológico, nas últimas décadas, tem vindo a crescer, inclusive na Madeira, originando a criação de

várias empresas de animação, cuja função é organizar passeios, escolhendo os melhores locais, ao nível de observação da fauna marinha e terrestre.

A Ilha da Madeira apresenta as condições ideais, em termos de temperatura e humidade, constituindo um excelente habitat para o desenvolvimento da vida vegetal na Região. A comunidade vegetal presente na Laurissilva constitui-se como uma das maiores atrações por parte dos amantes deste tipo de natureza, mas também inúmeras espécies de flora podem ser vistas por toda a ilha, sendo muito procurada por parte de turistas, amantes da natureza e comunidade turística.

O *Birdwatching* encontra-se enquadrado no Turismo de Natureza, como produto turístico estratégico, podendo ser um perfeito complemento para outras atividades ligadas à gastronomia e ao vasto património cultural. Nos últimos anos, a Região tem vindo a ser classificada com diversos tipos de estatutos em várias áreas classificadas como Reserva Biogenética e Património Natural Mundial, o que proporciona inúmeras e excelentes possibilidades de observação de aves terrestres ou marinhas, algumas raras no mundo (ACIF, 2015).

A observação de Cetáceos teve o seu início na costa sul da Ilha da Madeira na década de 1990, mas, mais recentemente, tem vindo a aumentar o número de empresas e plataformas a operar nesse âmbito. Face ao aumento exponencial desta atividade, foi introduzida pelo Governo Regional uma nova alteração, relacionada com o número máximo autorizado de plataformas e de viagens diárias e/ou outros fatores considerados relevantes na observação de vertebrados marinhos (Portaria n.º 13/2015) sendo esta atividade gerida pelo SPNM.

IV. 6 Produtos/Serviço

O *Canyoning*

Tendo o seu início na Madeira em 1989, o *canyoning* apresenta-se como um desporto de montanha, baseado num desafio de exploração das ribeiras ou cursos de água (figura 13). Utiliza várias técnicas de montanhismo tendo como finalidade ultrapassar os obstáculos naturais. Esta atividade permite aos seus praticantes

desfrutar de paisagens naturais únicas, escondidas entre os vales e desfiladeiros das zonas montanhosas onde se encontra, por exemplo, a Floresta Laurissilva. A referência deste segmento desportivo, é o RIC Madeira (Encontro Internacional de *Canyoning*) que decorre anualmente.



Figura 13 – Descida em *rappel*, uma das técnicas usadas no Canyoning. Fonte: Luís Soares, 2015

O Trail Running

Esta modalidade consiste numa corrida técnica, por caminhos e trilhos de montanha, com diversos tipos de pisos (irregular, escorregadio, etc...). As condições naturais de montanha que a ilha oferece são o principal fator de crescimento desta modalidade, conjugado com o gosto da corrida por parte dos seus praticantes. Realizaram-se competições ao longo do ano, divididas entre o campeonato regional, o *Madeira Island Ultra Trail* (travessia da ilha, desde Porto Moniz até Machico) e o *Ultra Skymarathon* (que liga o concelho de Santana desde o nível do mar até ao Pico Ruivo), estas duas últimas, tem tido uma grande afluência de atletas nacionais quer internacionais.

Casas de turismo em espaço rural

O turismo em espaço rural (TER) apresenta um conjunto de princípios distintos, das restantes formas de turismo, mais massificadas e menos personalizadas. Os fatores diferenciadores deste turismo são ao nível do carácter, de natureza familiar (arte de bem receber) focados exclusivamente na qualidade e hospitalidade, em detrimento da arquitetura e *design* das suas instalações. Em termos jurídicos, o turismo praticado em espaço rural, *“são empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.”* (Decreto-Lei n.º 39/2008, art.º 18º, ponto 1). Localizada no PNM, concelho da Calheta, freguesia da Fajã da Ovelha, a Quinta de São Lourenço, constitui-se como unidade de turismo rural, com a particularidade dos visitantes poderem participar em trabalhos ligados às atividades agrícolas e de produção de flores, permitindo um contato direto e enriquecedor com a natureza.

IV. 7 Principais sítios de interesse geológico

Paul da Serra

O Paul da Serra é um planalto que apresenta uma superfície de erosão, condicionada pela resistência de uma escoada lávica, atingindo altitudes de 1440/1500m. Recentemente, uma investigação acerca de aspetos geomorfológicos levou alguns autores a constatar que, durante o Período *Würm* (há cerca de 18000 anos), terá havido em determinados locais sinais de neves persistentes e ainda a existência de anfiteatros de gelo e moreias glaciares (Ribeiro e Ramalho, 2007).

Pico do Arieiro

Este Pico, situado a 1818m constitui um dos *ex libris* mais importantes em termos paisagístico da Região, proporcionando uma observação panorâmica da natureza (figura 14). Em termos da sua constituição, é atravessado por um conjunto de rede de filões basálticos, sendo formado por rochas piroclásticas com intercalações lávicas (Ribeiro e Ramalho, 2007).



Figura 14 – Pico do Arieiro, localizado no Maço Central. Fonte: Luís Soares, 2015

Curral das Freiras

A alternância de relevo, presente entre os vários picos, apresentando configurações geomorfológicas muito especiais, é bem notória no caso do Curral das Freiras (figura 15). Nesta parte superior da Ribeira do Socorridos, os declives são abruptos, e os desníveis entre os 700m e os 1000m resultantes da forte erosão diferencial, entre as lavas e os piroclastos que aí afloram (Ribeiro e Ramalho, 2007).



Figura 15 – Depressão do Curral das Freiras, concelho de Câmara de Lobos. Fonte: Luís Soares, 2015

Achada do Teixeira

Habitualmente nomeada como “homem em pé”, faz parte do Complexo Vulcânico antigo (figura 16). Corresponde a um filão basáltico com uma espessura métrica, que, nos dias atuais, ainda resiste às condições climáticas adversas, colocando-se a tônica na sua inigualável resistência.



Figura 16 – Geomonumento "Homem em Pé ", concelho de Santana.

Fonte: Luís Soares, 2015

Maroços

Em Maroços, próximo do túnel das Cales, na freguesia de Machico, é possível depararmo-nos com um enorme afloramento de rocha basáltica, possuindo uma estrutura colunar. A esta estrutura desenvolveu-se, “a partir de superfícies expostas durante o arrefecimento progressivo dos líquidos que deram origem às rochas basálticas” (Ribeiro e Ramalho, 2007: 58).

Ponta de São Lourenço

A Ponta de São Lourenço apresenta um clima seco, com vários sítios de interesse geológico. Situada do lado oriental do Maciço Oriental, corresponde a uma península estreita, que, do lado norte, possui um conjunto de pequenos Ilhéus, denominados por “leixões” (figura 17). Outros importantes sítios de observação

geológica são o pequeno cone vulcânico da Senhora da Piedade, correspondente a manifestações vulcânicas mais recentes. Outros aspetos geológicos são as escarpas que ostentam diversas cores nas rochas e uma duna de areia clara e fina, situada na Prainha. Entre a Prainha e a costa norte encontra-se um edifício dunar, designado por Dunas da Piedade, contendo fósseis do Quaternário, com cerca de 300 mil anos, exemplares únicos na Europa (Ribeiro e Ramalho, 2007).



Figura 17 – Ponta de São Lourenço. Fonte: Luís Soares, 2015

IV. 8 Estratégias para o desenvolvido turístico sustentável

Para identificar as estratégias, para o desenvolvimento turístico sustentável, procedeu-se à elaboração de uma análise SWOT (ver tabela 7). Esta ferramenta de planeamento e gestão estratégica permite identificar de forma sintética, um conjunto de aspetos relacionados com o desenvolvimento do turismo nas APs, e encontrar as estratégias mais adequadas a adotar. Com base nesta análise e através da identificação das características do território, onde as APs se inserem, torna-se possível identificar estratégias adequadas às características do território e à sua gestão ambiental.

Tabela 7 – Matriz da análise SWOT das principais estratégias para o desenvolvimento turístico sustentável para as AP's da RAM

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rica em diversidade biológica com espécies endémicas da Macaronésia; ✓ Presença de importantes Habitats de Interesse Comunitário; ✓ Grande diversidade paisagística, incluindo paisagens humanizadas; ✓ Património Cultural e Rural rico e diversificado, fundamental à identidade da Região; ✓ Posicionamento geográfico na região subtropical, clima ameno durante todo o ano, com exceção das zonas de maior altitude; ✓ Parque Natural da Madeira e APs considerados os maiores atrativos turísticos, cobrindo grande parte do território da Região; ✓ Classificação da Floresta Laurissilva como Património Natural Mundial da UNESCO e Reserva Biogenética do Concelho da Europa, maioritariamente incluída na área do Parque Natural; ✓ Existência de Planos de Ordenamento e Gestão para diferentes áreas protegidas; ✓ Espaços classificados, incluídos na rede ecológica para o espaço da União Europeia - Rede Natura 2000; ✓ Condições únicas para atividades turísticas diversificadas (turismo de natureza, ecoturismo, turismo científico-pedagógico, rural, sol e mar); ✓ Carácter insular como fator atrativo, para turistas com preferência por estes destinos; ✓ Elevado potencial e diversidade de produtos de natureza; ✓ Valores naturais imprescindíveis para a valorização turística; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Meios de transporte, como limitações em função da insularidade; ✓ Custos elevados dos transportes de e para a Região; ✓ Acessibilidade interna limitada devido aos imponentes maciços montanhosos; ✓ Degradação ambiental nos locais com mais facilidade de acesso; ✓ Elevada dependência externa, setor dos transportes e de combustíveis fósseis; ✓ Elevado uso do transporte rodoviário; ✓ Áreas de forte densidade populacional; ✓ Dispersão do povoamento e multiplicações das vias de comunicação; ✓ Excesso de trânsito nas vias urbanas do Funchal; ✓ Elevada concentração hoteleira no Funchal; ✓ Existência de zonas de risco, como por exemplo as construções em leito de cheia e em áreas sujeitas a derrocadas e queda de blocos; ✓ Reduzida investigação nos impactes ambientais do turismo; ✓ Insuficiente oferta na formação turística, de quadros superiores; ✓ Falta de monitorização e gestão contínua nos percursos pedestres; ✓ Falta do Plano de Ordenamento do PNM; ✓ Número reduzido de centros de receção em área de PNM; ✓ Grande degradação de Património Rural; ✓ Falta de sinaléticas tanto nas áreas do PNM, como ao nível dos percursos pedestres (levadas e veredas) e de outros elementos do património rural.

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Hospitalidade da população local; ✓ Qualidade e diversidade da oferta gastronómica; ✓ Segurança – baixa criminalidade; ✓ Tranquilidade das áreas rurais e de montanha; ✓ Excelência da oferta hoteleira. 	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programas de financiamento comunitário no âmbito da conservação da natureza e do desenvolvimento rural; ✓ Consciencialização em relação aos fenómenos naturais, potenciada pela divulgação das temáticas das alterações climáticas; ✓ Aproveitamento dos recursos existentes nas APs localizadas no território, com maior afirmação como destino “verde”; ✓ Realização de projetos de sensibilização ambiental, envolvendo entidades privadas; ✓ Região com uma Universidade com grande potencial para desenvolvimento de estudos e investigação sobre diversas temáticas com interesse para a Região; ✓ Dimensão da Região possibilita estudos e investigação como se tratasse de um laboratório; ✓ A Universidade da Madeira possuiu um Observatório de Turismo; ✓ Monitorização ambiental e de espécies vulneráveis; ✓ Divulgação e implementação de Projetos de Conservação da Natureza; ✓ Aumento da oferta de produtos “naturais” e “biológicos”, verdadeiros promotores da valorização das tradições rurais e da sua autenticidade; ✓ Importância do Turismo para a sustentabilidade social e económica 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vulnerabilidade dos ecossistemas existentes devido às alterações climáticas; ✓ Exposição a fenómenos extremos, incêndios, erosão, aluviões e movimentos de massa em vertentes; ✓ Risco de degradação das áreas rurais, devido ao excesso de atividades turísticas; ✓ Forte migração dos jovens das áreas rurais para o Funchal; ✓ Pressão urbana e turística; ✓ Proximidade a grandes centros urbanos; ✓ Concorrência de outros espaços insulares; ✓ Crise económica; ✓ Sazonalidade do clima pouco favorável a algumas atividades durante o Inverno; ✓ Custos de insularidade; ✓ Crise e instabilidade financeira regional e nacional; ✓ Fraca sustentabilidade económica em infraestruturas e serviços nas áreas rurais; ✓ Abandono dos espaços agrícolas e rurais, com consequente abandono dos poios e de outro património rural identitário; ✓ Contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas, devido à utilização de fertilizantes nos setores agrícolas; ✓ Envelhecimento da população nas áreas rurais;

da Região; ✓ Insegurança em destinos concorrentes (Médio Oriente, Norte de África...); ✓ Descida do preço dos combustíveis, que pode refletir-se nos preços dos transportes; ✓ Incremento de novas ofertas de turismo, motivadas pela procura; ✓ Reforço de programas de monitorização das Ribeiras, proteção dos ecossistemas florestais como medidas preventivas de ocorrência de catástrofes naturais; ✓ Maior valorização, qualificação e divulgação da oferta do património cultural; ✓ Campanhas de comunicação e publicidade do destino Madeira têm marcado presença em Feiras de Turismo, como também nas redes sociais (internet); ✓ Aposta no mercado jovem, a partir de atividades ligadas ao turismo náutico, cultural e ativo, sem descurar o turismo sénior; ✓ Recuperação e manutenção dos percursos pedestres regionais, incluindo o aumento da sinalética, e medidas preventivas de segurança.	✓ Deficiência na utilização e distribuição de águas no setor agricultura; ✓ Reduzida produção agrícola face ao mercado nacional; ✓ Forte dependência dos grandes operadores turísticos.
---	---

A partir dos pontos espelhados na matriz SWOT (tabela 7), foi possível concluir que fenómeno turístico apresenta uma importância relevante na atividade económica da Região. O fenómeno turístico encontra-se enraizado na sociedade cultural madeirense, contribuindo para o desenvolvimento económico da região que tem condições muito favoráveis para esta atividade. No entanto, ao longo dos anos, o turismo tem vindo a evoluir, tornando-se mais específico por parte da procura, como no caso do Turismo de Natureza. Esta tipologia turística tem crescido e as entidades responsáveis pelo turismo passaram a ter maior sensibilidade, em relação às questões de proteção do ambiente.

Na Região, destaca-se o SPNM, não só pelos projetos implementados mas, sobretudo pela melhoria dos projetos a nível regional, em matéria de conservação da natureza e biodiversidade nas AP's. Os recursos naturais ligados à paisagem são requisitos indissociáveis da campanha promocional do destino da Região, centrando-se sobretudo no contato com a natureza, e em atividades de recreio e lazer.

A diversidade das atividades relacionadas com os interesses dos turistas têm vindo a aumentar, possibilitando a criação de novos postos de trabalho e, ao mesmo tempo, alterou-se o caráter do destino turístico, apresentando-se mais moderno. Ainda assim, os percursos pedestres continuam a ser uma das principais atividades, sendo identificados como oportunidade. Apesar deste aumento, os percursos devem ser tidos em conta como um recurso turístico com necessidade de manutenção e gestão permanente, havendo necessidade, de igual modo, de acautelar da sua capacidade de carga.

Os dados da análise permitiram identificar uma forte assimetria regional de desenvolvimento, criando diferentes oportunidades de empregabilidade, entre, por exemplo, o Funchal, situado no sul da ilha, relativamente às regiões situadas a norte. São então, por um lado, fatores ligados a uma forte concentração urbana e turística, originando situações de congestionamento de tráfego, e, por outro lado, a dispersão da população em áreas rurais, que, devido às características do próprio relevo, levam a problemas ao nível das infraestruturas básicas, como é o caso do tratamento de resíduos.

A gestão turística tem implícita a necessidade do desenvolvimento sustentável do turismo, concentrando-se no exercício de estabelecer uma atividade turística, tendo em conta a qualidade da oferta, no âmbito da salvaguarda dos recursos naturais e da segurança dos turistas. Estes exemplos são importantes na opção do destino Madeira por parte dos turistas, face à instabilidade de outros destinos tradicionais como é o caso dos países do Medio-Oriente. Esta instabilidade é refletida na diminuição da procura turística, focada na falta de segurança que estes países apresentam.

Com este novo paradigma mundial, os turistas optam por destinos, com uma informação clara e transparente da sua oferta e com elevado nível de segurança. Assim, é possível confirmar que o destino Madeira não tenha perdido a afluência turística nos últimos anos, apesar de a crise económica presente em todo o mundo. No entanto, é essencial identificar capacidades de carga nas APs, tomando as medidas necessárias, contribuindo para o aumento da conservação destas áreas, sendo indispensável que a área protegida PNM apresente um plano de ordenamento. Por outro lado, potencia a qualidade turística e a sua competitividade em relação a outros espaços insulares. Outra medida importante tem que ver com, a produção integrada e o modo de produção biológico na agricultura, especialmente nas áreas de elevado valor natural, contribuindo para a melhoria da preservação e reforço da biodiversidade, prevenindo a erosão dos solos e sua adequada gestão.

Após a análise dos principais resultados obtidos pela análise SWOT, foi possível recolher informação sobre as potencialidades e fragilidades do território, servindo, deste modo, como auxiliar, para a definição de objetivos e ações estratégicas. Assim, são apresentadas algumas propostas que visam atenuar as ameaças e as debilidades acima apresentadas, de forma a criar um equilíbrio entre a gestão sustentável dos espaços protegidos e a satisfação das atividades humanas, incluindo as de lazer, com o intuito de aumentar a competitividade do destino. Com esta interpretação, importa realçar a necessidade de acompanhar as transformações que ocorrem nas APs, principalmente o aumento das atividades turísticas.

Deste modo, urge garantir uma maior adaptabilidade e capacidade de adotar medidas imediatas e adequadas, reduzindo os impactes sobre recursos existentes, tendo em conta as características indispensáveis à sustentabilidade dos recursos naturais e culturais presentes nas APs da RAM. Importante também referir, que existe a necessidade de incrementar o diálogo e a colaboração entre as comunidades e entidades locais de forma consensual, sendo essencial promover a coordenação entre os parceiros envolvidos no setor turístico presente nas APs. Neste sentido, apresentamos dois objetivos estratégicos (tabela 8 e 9), que consideramos serem questões chave para o desenvolvimento do turismo sustentável nas APs da RAM.

Tabela 8 – Objetivo estratégico: Estratégias de proteção e monitorização ambiental para as APs da RAM

Objetivos	Ações
1. Proteger e assegurar os ecossistemas em equilíbrio e seu estado de conservação;	Identificação das principais ameaças de cada atividade turística a nível ambiental;
2. Proteger os recursos naturais, água e solos, impedindo a sua erosão ou contaminação;	Melhorar a sinalização presente em troços pedestres de elevado risco de ocorrência de acidentes;
3. Valorizar os recursos naturais e conservação dos valores ambientais e paisagísticos;	Tomar medidas de segurança e melhorar a sinalética nos percursos pedestres, em locais propícios a eventuais acidentes;
4. Conservar e proteger espécies ameaçadas;	Efetuar intervenções que assegurem uma manutenção equilibrada dos ecossistemas;
5. Estimar e gerir a capacidade de carga consequente de atividades humanas nas APs;	Apresentar ações de prevenção florestas, na medida de reduzir o risco de incêndio;
6. Promover ações de investigação perante os fatores naturais e estudo do impacto das ações humanas sobre o ambiente;	Aprofundar o conhecimento e a identificação das ameaças e potencialidades do turismo nas APs;
7. Recuperar áreas degradadas quer por fatores naturais quer por fatores humanos;	Elaborar mapas de vulnerabilidades para as diversas AP's;
8. Descentralizar os pontos turísticos mais frequentados, criando novas zonas de potencial interesse turístico;	Evitar a contaminação dos lençóis freáticos, através de atividades agrícolas e de águas residuais sem tratamento, e promover a utilização de água de forma sustentável;
9. Contribuir para a conectividade e coerência ambiental, por parte das instituições deste setor;	Criar estruturas de apoio, principalmente em levadas e trilhos com maior número de visitantes.
10. Desenvolver a utilização sustentável dos recursos existentes nas AP's, em complementaridade com os planos de ordenamento das APs que deverão ser atualizados.	Criar mais Centros de Informação da Natureza e da Biodiversidade, melhorando a sinalética.

Tabela 9 – Objetivo estratégico: Desenvolver e fomentar parcerias, incutindo a preservação e conservação das APs da RAM.

Objetivos	Ações
<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar a articulação do território com as instituições regionais; 2. Criar parcerias público-privadas de modo a otimizar a articulação entre o território, preservação da natureza e atividades turísticas; 3. Enquadrar estratégias a longo prazo que visem a competitividade e viabilidade do sector turístico, presente nas diversas APs; 4. Reforçar as intervenções dos profissionais com atividades nas AP's, incluindo o aumento dos Vigilantes da Natureza; 5. Fomentar a competitividade das APs e áreas adjacentes; 6. Enquadrar estratégias a longo prazo que visem a competitividade e viabilidade do setor turístico presente nas diversas freguesias onde se inserem as APs; 7. Promover a sensibilização para o comportamento responsável dos turistas; 8. Incentivar as populações locais a participar em atividades de promoção e defesa das riquezas naturais, do património construído e das tradições; 9. Incluir as empresas do setor turístico nos modelos de sustentabilidade, atendendo aos seus modelos e gestão de negócio. 	<p>Divulgação do património natural, contruído, paisagens naturais e eventos culturais existentes nas APs, através de uma visitação qualificada;</p> <p>Estruturar uma estratégia / plano de ação para a proteção das áreas protegidas e património cultural, no âmbito turístico, de forma a controlar o turismo excessivo;</p> <p>Melhorar a experiência do turismo, aumentando a qualidade de oferta das experiências turísticas;</p> <p>Criar um programa nas áreas protegidas, conjuntamente com os seus parceiros, com o intuito de majorar a qualidade da oferta turística;</p> <p>Aumentar a consciencialização ambiental das áreas protegidas, por parte dos seus visitantes, melhorando a capacidade de comunicação acerca da importância destas áreas;</p> <p>Desenvolver tipologia(s) de turismo específica(s), para cada área protegida, de acordo com as suas características e potencialidades;</p> <p>Incentivar as áreas protegidas a desenvolver iniciativas que estimulem a descoberta, vivência e interpretação dos valores do território.</p>

V. Considerações Finais

V. 1 Importância da implementação da CETS

A CETS tem como objetivo encorajar as boas práticas ambientais, importando identificar as áreas de parque natural ou APs, a serem incluídas na Carta, que, através de reuniões entre as partes interessadas, carecem de uma forte gestão turística com base no desenvolvimento sustentável. O reconhecimento pela Federação EUROPARK, passa pela necessidade de desenvolver uma estratégia bem elaborada, a partir de um trabalho em conjunto com os diversos atores, na mira de identificar as questões de práticas mais sustentáveis para as APs em discussão. Neste âmbito, visto que o aumento do turismo nas APs tem vindo a aumentar na RAM, é necessário desenvolver estratégias que fomentem a divulgação da prática do turismo sustentável. Estas iniciativas devem ser incumbidas a parceiros que tenham interação com as APs. Faz todo o sentido desenvolver parcerias entre as entidades turísticas, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável.

A introdução desta ferramenta colmataria lacunas referidas anteriormente, focando-nos em objetivos estratégicos, sobretudo no que toca ao principal desafio do desenvolvimento do turismo sustentável nas APs, que se prende com o equilíbrio entre o fluxo e o comportamento dos visitantes, com as metas de gestão para a proteção ambiental criadas para estas áreas. Assim sendo, procurar-se-ia melhorar a proteção ambiental e cultural dos recursos existentes, indo ao encontro das expectativas que os visitantes criaram acerca da(s) área(s) visitada(s), garantido a sua total satisfação.

Ao refletir sobre o contributo desta estratégia de turismo sustentável nas APs, constatamos que a sua influência poderia aumentar a participação, o diálogo e a comunicação entre os atores locais, promovendo uma gestão turística coordenada, potenciando a sua articulação com o território, tornando-o mais resiliente.

Finalmente, no que toca à população local, cabe defender a salvaguarda dos recursos presentes nas APs, representando a CETS uma oportunidade de aumentar o envolvimento das populações em iniciativas ambientais, contribuindo para uma consciência ambiental mais exigente.

V. 2 Dificuldades Encontradas

A instituição onde foi realizado o Estágio, o SPNM, apesar de a intenção de realizar o Dossier de Candidatura à CETS, como já foi referido na introdução, não a concretizou durante o período de realização do Estágio, pois a SRA entretanto desistiu de a apresentar. Esta situação, formalmente discutida entre ambas as partes, despoletou a opção de contribuir para a realização/preparação do dossier, através de um diagnóstico do território que, na prática, corresponde à segunda fase do dossier. Deste modo, não houve a oportunidade de participar nas restantes fases exigidas pela CETS, como por exemplo, a realização de um fórum de discussão, que daria a possibilidade de refletir sobre os princípios da CETS com os diferentes atores locais. Outra dificuldade encontrada foi a falta de bibliografia sobre a implementação da CETS em APs em Portugal, como também ao nível da temática sobre o desenvolvimento do turismo sustentável na Madeira.

V. 3 Reflexões sobre o Estágio

Nesta parte final do trabalho, foi possível fazer um balanço dos resultados obtidos e elaborar uma retrospectiva sobre o Estágio efetuado. Concluímos que os objetivos foram cumpridos, apenas parcialmente, em função da desistência da candidatura e, por consequência, da não implementação da CETS. A intenção era a de que a Candidatura tivesse sido implementada, pois apresentava-se como uma poderosa ferramenta de gestão ambiental, potenciando as APs através de um turismo estratégico. Face ao exposto, a concretização da candidatura ter-nos-ia proporcionado, uma ponte entre os dois mundo, o académico e o profissional, de forma a apropriar este trabalho em parceria com várias instituições, o que acrescentaria uma importante mais valia ao nível de experiência profissional.

Contudo, participamos e contribuímos para a preparação do Dossier de Candidatura. Em alternativa, por iniciativa da Eng^a. Graça Mateus, nossa orientadora de estágio, foram realizadas atividades de recolha de informação, relativa à temática do turismo sustentável e da elaboração de um diagnóstico do território. Estas duas

atividades, direcionadas para a área de estudo pretendida, deram sentido ao Estágio. Na elaboração deste Relatório, foi fundamental a utilização da análise SWOT, que nos permitiu investigar e refletir para chegar às diretrizes estratégicas, sendo estas fundamentais para a realização do relatório a nível da análise crítica, da reflexão sobre os aspetos a melhorar e do conhecimento mais aprofundado do território e da sua problemática ambiental.

Em termos futuros o problema associado a esta candidatura, coloca-se sobretudo na implementação. Cabe aos decisores políticos, pôr em prática nas APs do Arquipélago esta ferramenta de gestão turística, tendo em conta as suas prioridades. Caso se decida avançar, a sua aplicação resultará na melhoria da visibilidade no contexto das APs europeias, beneficiando a Região, com o incremento da sua qualidade como destino de natureza na Europa e mitigando eventuais riscos associados à degradação dos recursos naturais e desvalorização das suas áreas protegidas.

Em jeito de conclusão, gostaria que este Relatório contribuísse para que o interesse na implementação da CETS saísse reforçado. Consideramos que o acordo voluntário entre os atores locais, potencia a capacidade de implementar um projeto comum, com partilha de responsabilidades na gestão direta do território, de acordo com os princípios do turismo sustentável propostos pela Carta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDINA, Agnese, LOVÉN, Lasse, OSTERMANN, Olaf, PARTINGTON, Richard (2012) – “European Charter Parks. A Growing Network for Sustainable Tourism Development in Protected Areas”. PARKS Journal, Vol.18.2, pp. 133-143. Consulta online em 06/05/2014 (URL: <http://parksjournal.com/wp-content/uploads/2012/12/PARKS-18.2-Balandina-et-al>).

BATISTA, Donzília (2010) – *Turismo, contributo para o desenvolvimento sustentável de áreas protegidas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Consulta online em 14/05/2014 (URL: <http://run.unl.pt/handle/10362/5595>).

CASTANYS, María (2005) – *El aprovechamiento turístico de los espacios naturales protegidos*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Málaga. Consulta online em 10/06/2014 (URL: <http://www.juntadeandalucia.es/turismocomercioydeporte/publicaciones/12643.pdf>).

CORREIA, Francisco e MENDES, Melim (2000) – *Plano Regional da Política de Ambiente. Caracterização Base*. Região Autónoma da Madeira. Consulta online em 19/11/2014 (URL: <http://www.arem.pt/download/prpa/PRPA2.pdf>).

DUARTE, Raúl (1995) – *Recursos Hídricos Subterrâneos da Região Autónoma da Madeira*. Atlas do Ambiente. Instituto Hidrográfico.

DUDLEY, Nigel (2008) – *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Switzerland. Consulta online em 15/01/2015 (URL: http://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_for_applying_protected_area_management_categories.pdf).

FRADE, Catarina (1999) – *A Componente Ambiental no Ordenamento do Território*. Lisboa: Conselho Económico e Social. Consulta online em 20/01/2015 (URL: <http://www.ces.pt/download/581/CompAmbOrdTerrit.pdf>).

FREITAS, Filipa (2013) – “O estudo sistemas turísticos e a antropologia. Madeira: um estudo de caso”. *V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*: Associação Portuguesa de Antropologia. Consulta online em 20/01/2015 (URL: <http://www.pasosonline.org/articulos/779-o-estudo-dos-sistemas-turisticos-e-a-antropologia-madeira-um-estudo-de-caso>).

FREITAS, Helena e MARTINS, Maria (2012) – "A Europa e a política de ambiente em Portugal" *Periódico do CIEDA e do CEIS20*. N.º 7 Julho/Dezembro 2012. Consulta online em 18/12/2014 (URL:<http://europa-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/images/n7/hfreitas.pdf>).

KATES, Robert, PARRIS, Thomas e LEISEROWITZ, Anthony (2005) – “What is sustainable development? Goals, indicators, values and practice”. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*. Vol. 47, n.º3, pp.8 – 21. Consulta online em 22/11/2014 (URL:http://www.hs.harvard.edu/sustsci/ists/docs/whatisSD_env_kates_0504.pdf).

LANE, Bernard (1994) – “Sustainable rural tourism strategies: a tool for development and conservation”. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol.2, n.º1) – 2, pp.102) – 111. Consulta online em 20/11/2014 (URL: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669589409510687#.VTWkISFViko>).

LIU, Zhenhua (2003) – “Sustainable Tourism Development: A Critique”. *Journal of Sustainable Tourism*, 11:6, pp. 459 – 475. Consulta online em 22/11/2014 (URL:<http://strathprints.strath.ac.uk/4105/>).

MOUTINHO, Diana (2011) – *Turismo sustentável e desenvolvimento local: projecto da Mata de Sesimbra*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Cascais. Consulta online em 10/11/2014 (URL:<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/2461>).

MONIZ, Ana (2006) – *A Sustentabilidade do Turismo em ilhas De Pequena Dimensão: o Caso Dos Açores*. Dissertação de Doutoramento. Universidade Dos Açores. Consulta online em 23/07/2014 (URL:https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/208/1/DEG_Doutor_Ana_Isabel_Moniz.pdf).

NEVES, Henrique e VALENTE, Ana (1992) – *Conheça o Parque Natural da Madeira*. Secretaria Regional da Economia. Parque Natural da Madeira. Funchal.

OLIVEIRA, Cristina (2013) – *Caracterização do mercado de atividades de Turismo de Natureza em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Consulta online em 02/12/2014 (URL:<http://run.unl.pt/handle/10362/10063>).

PRADA, S., GASPAR, M., SILVA, M., CRUZ, J., PORTELA, M.,HORA, G. (2003) – “Recursos Hídricos da ilha da Madeira”. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 90, pp. 125 – 142. Consulta online em 10/05/2013 (URL:<http://www3.uma.pt/sprada/documentos/academicos/Recursos%20Hidricos%20da%20MadeiMa.pdf>).

QUINTAL, Raimundo e VIEIRA, Maria (1985) – *Ilha da Madeira, Esboço de Geografia Física*. Edição da Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Funchal.

RIBEIRO, Maria e RAMALHO, Miguel (2009) – *Uma visita geológica ao Arquipélago da Madeira. Principais locais geoturísticos*. Laboratório Nacional de Energia e Geologia e Direção Regional Comércio, Indústria e Energia da Madeira. Consulta online em 10/05/2014 (URL: http://drcie.gov-madeira.pt/drcie/index.php?option=com_content&view=article&id=381&Itemid=840).

RODRIGUES, Carla (2006) – *Composição e Funcionamento do Fórum da CETS*. Consulta online em 06/05/2014 (URL: http://www.redeuroparc.org/carta_turismo_europea_sostenible/02_carla_rodrigues_pn_peneda_geres_forum.pdf).

SANTOS, Sofia, BARBOSA, Pedro e BÁRTOLO, Teresa (2009) – *Turismo sustentável e a sua importância para o sector em Portugal*. SUSTENTARE. Nº5. Consulta online em 08/01/2015 (URL: <http://www.sustentare.pt/pdf/Research5-%20Turismo-Sustentavel.pdf>).

SOUZA, Luís (2006) – *A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro. Consulta online em 05/11 /2014 (URL:<http://ria.ua.pt/handle/10773/1590>).

SWARBROOKE, John (1999) – *Sustainable Tourism Management*. London: CABI Publishing. Consulta online em 13/11/2014 (URL: <https://www.cpp.edu/~ddwills/SCHOTO%20Workshop/STM.PDF>).

VIDEIRA, Nuno, ALVES, Inês e SUBTIL, Rui (2007) – *Instrumentos de apoio à gestão do ambiente*. Volume 1, 1ª edição. Lisboa. Universidade Aberta

WEBGRAFIA

ACIF (2015) – “*Documento Estratégico para o Turismo da RAM (2015 – 2020)*”. Consulta online em 10/01/2015 (URL: http://ceim.pt/wp-content/uploads/2015/01/doc_estrategico_turismo_ram.pdf).

AREAM – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (2012) – *Plano de Acção para a Energia Sustentável da Ilha da Madeira*. Página consultada em 18/01/2015 (URL: http://www.arem.pt/download/islepact/PAESI_Madeira_PT.pdf).

Comissão Europeia (2014) “Desde agora até 2020: o novo Programa de Ação da UE em matéria de Ambiente”. Página consultada em 18/12/2014 (URL: http://ec.europa.eu/environment/news/efe/articles/2014/04/article_20140429_02_pt.htm).

Conselho da União Europeia (2006) – *Reapreciação da Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável*. Bruxelas. Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia. Consulta online em 22/12/2014 (URL: <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=PT&f=ST%2010117%202006%20INIT>).

DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira (2014) – *Estatísticas demográficas da RAM 2013*. Consulta online em 12/11/2014 (URL: <http://estatistica.gov-madeira.pt/>).

DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira (2015a) – *Estatísticas do Turismo da RAM. Resultados Definitivos. 2014*. Funchal: DREM. Consulta online em 02/12/2014 (URL: <http://estatistica.gov-madeira.pt/>).

DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira (2015b) – *Série Retrospectiva das Estatísticas do Turismo da RAM (1976 – 2014)*. Funchal: DREM. Consulta online em 02/12/2014 (URL: <http://estatistica.gov-madeira.pt/>).

DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira (2015c) – *Estatísticas dos Transportes da RAM 2014*. Funchal: DREM. Consulta online em 02/12/2014 (URL: <http://estatistica.gov-madeira.pt/>).

ECSTPA – European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas (2010a) – *Charter Principles*. Página consultada em 18/12/2014 (URL: <http://www.european-charter.org/become-a-charter-area/charter-principles/>).

ECSTPA – European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas (2010b) – *The Charter*. Germany. Consulta online em 15/11/2014 (URL: <http://www.europarc.org/wp-content/uploads/2015/05/2010-European-Charter-for-Sustainable-Tourism-in-Protected-Areas.pdf>).

ECSTPA – European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas (2010c) – *How to join the journey: a guide for protected areas*. Germany. Consulta online em 15/11/2014 (URL: <http://www.europarc.org/wp-content/uploads/2015/05/2010-a-guide-for-protected-areas.pdf>).

European Commission (2001) – *Sustainable tourism and Natura 2000: Guidelines, initiatives and good practices in Europe*. Office for Official Publications of the European Communities 2001. Luxembourg. Consulta online em 10/06/2014 (URL:http://ec.europa.eu/environment/nature/info/pubs/docs/nat2000/sust_tourism.pdf).

Federação EUROPARC (2007) – *A Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas*. Texto Integral. Consulta online em 05/05/2014 (URL: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fpontonatura.com%2Fdoc_apoio%2F10.doc&ei=48k2VZ3VOqiy7QaZ_4Fg&usg=AFQjCNEa pHpYROPNWhtLe22jfrcgGDeUkg&bvm=bv.91071109,d.ZGU).

Grupo para a Sustentabilidade do Turismo (GST) (2007) – *Plano de ação para um turismo europeu mais sustentável*. Consulta online em 09/08/2014 (URL:http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Noticias/Anexos/TSG%20Final%20Report_pt11.pdf).

IDR – Instituto de Desenvolvimento Regional (2013) – *Diagnóstico prospetivo Regional*. Funchal: IDR. Consulta online em 10/02/2015 (URL: http://turismo2020.turismodeportugal.pt/fotos/editor2/documentos/diagnostico_prospetivo_reg_madeira.pdf).

ICNF (2015) – “Carta Europeia de Turismo Sustentável”. Página consultada em 18/12/2014 (URL: <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ts/cets>).

IUCN – International Union for Conservation of Nature (2010) – *A brief history of IUCN World Commission on Protected Area*. Consulta online em 17/01/2015 (URL: http://cmsdata.iucn.org/downloads/history_wcpa_15july_web_version_1.pdf).

POPRAM – Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (2000) *Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006*. Quadro Comunitário de Apoio III. Madeira: POPRAM. Consulta online em 02/12/2014 (URL:<http://www.qca.pt/pos/download/2000/popram.pdf>).

SPNM – Serviço do Parque Natural da Madeira (2015) – “Projetos em curso”. Página consultada online em 02/05/2014 (URL: <http://www.pnm.pt/>).

SPNM – (2008) – "Parque Natural da Madeira – Localização". *Brochura do Serviço do Parque Natural da Madeira*: Funchal.

SRARN e SPNM (2005) – *As Ilhas Desertas*. Funchal: SRARN e SPNM.

SRARN e SPNM (2004) – *As Ilhas Selvagens*. Funchal: SRARN e SPNM.

SRARN e SPNM (2010) – *Ponta de São Lourenço*. Funchal: SRARN e SPNM.

SRARN – Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (2010) – *Plano Especial de Ordenamento e Gestão da Reserva Natural Parcial do Garajau*. Madeira: SRARN. Consulta online em 06/01/2015 (URL: https://issuu.com/parquenaturalmadeira/docs/peogrn_pg_completo).

SRARN (2009a) – *Plano de Ordenamento e Gestão da Laurissilva da Madeira*. Madeira: SRARN.

SRARN (2009b) – *Plano de Ordenamento e Gestão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo*. Madeira: SRARN. Consulta online em 06/01/2015 (URL: https://issuu.com/parquenaturalmadeira/docs/pogrampps_completo).

SRARN (2009c) – *Plano de Ordenamento e Gestão do Maciço Montanhoso Central*.

UNEP – United Nations Environment Programme (2005) – *Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers*. Consulta online em 05/01/2015 (URL: <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DITx0592xPA-TourismPolicyEN.pdf>).

WEF – World Economic Forum (2013) – *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2013*. Consulta online em 10/11/2014 (URL: http://www3.weforum.org/docs/WEF_TT_Competitiveness_Report_2013.pdf).

LEGISLAÇÃO

Decreto Regulamentar Regional n.º 13/93/M de 25 de Maio, Aprova a orgânica do Serviço do Parque Natural da Madeira. Consulta online em 14/05/2014 (URL: http://www.pnm.pt/images/documentos/legislacao/decreto_regulamentar_13_93_m.pdf).

Decreto-Lei nº 56/2002, Altera o Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de Fevereiro, que regula o turismo de natureza. Consulta online em 14/05/2014 (URL: <http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/tur562002.pdf>).

Decreto-Lei nº 39/2008, Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (Alterado pelo Decreto-lei 228/2009, de 14 de Setembro).

Portaria n.º 13/2015, Primeira alteração à Portaria n.º 46/2014, de 22 de abril, que define a “capacidade de carga” inerente à atividade de observação de cetáceos na Região. Consulta online em 20/01/2015 (URL: <http://www.gov-madeira.pt/joram/>).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN). Consulta online em 14/05/2014 (URL: <https://dre.pt/application/conteudo/69846841>).

OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO

Madeira Outdoor – (acedido em 10 de Setembro de 2015 URL: <http://www.madeiraoutdoor.com/pt>).

Madeira Trail – (acedido em 10 de Setembro de 2015 URL: <http://www.madeiratrail.com>).

Turismo de Portugal – (acedido em 04 de Fevereiro de 2015 URL: <http://www.turismodeportugal.pt/>).

SPNM– (acedido em 02 de Maio de 2014 URL: <http://www.pnm.pt/>).

SRARN – (acedido em 05 de Agosto de 2015 URL: <http://www.madeira.gov.pt/sra>).

Visit Madeira – (acedido em 15 de Julho de 2015 URL: <http://www.visitmadeira.pt>).

ANEXOS

Anexo 1 – Órgãos, Serviços e Competências do SPM

Diretor
<p>1 - Ao diretor compete, genericamente, administrar o PNM e superintender a atuação de todos os seus órgãos e serviços, submetendo a despacho do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas os assuntos que careçam de apreciação ou decisão superior.</p> <p>2 - Para os efeitos do disposto no número anterior, o diretor será assistido pela comissão consultiva e pela comissão científica, nos termos do presente diploma.</p> <p>3 - Compete, designadamente, ao diretor do PNM:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Promover a execução da política e os objetivos definidos pelo Governo Regional no âmbito da conservação da natureza;b) Orientar as atividades do PNM e tomar as decisões sobre os assuntos correntes;c) Assegurar a gestão dos recursos financeiros, materiais e humanos do PNM;d) Autorizar as despesas e providenciar pela arrecadação de receitas;e) Apresentar o plano de atividades e o orçamento anual do PNM e o correspondente relatório de execução;f) Gerir e coordenar a ação do CVN;g) Estabelecer o diálogo com as comissões consultiva e científica, bem como com todos os organismos com que colabora;h) Representar o PNM em juízo e fora dele;i) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que respeitem ao PNM submetidos à sua apreciação;j) Exercer as demais competências previstas na lei.
Departamento de Serviços Administrativos
<p>1 - O DSA é o serviço de apoio administrativo ao PNM.</p> <p>2 - Compete, designadamente, ao DSA:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Assegurar o registo, encaminhamento e arquivo do expediente;b) Organizar e manter atualizada a contabilidade do PNM;c) Assegurar a aquisição do material necessário ao funcionamento do PNM, organizando e mantendo atualizado o respetivo cadastro;d) Coordenar racional e equilibradamente a utilização de todas as máquinas, viaturas e outro equipamento mecânico afetos ao PNM;e) Emitir pareceres técnicos sobre a aquisição de máquinas, viaturas e outro equipamento mecânico;f) Organizar os processos relativos à gestão do pessoal do PNM;

g) Assegurar o normal funcionamento do PNM em tudo o que não seja da competência específica dos demais órgãos e serviços do PNM.

Divisão de Conservação da Natureza

1 - A DCN é o serviço operativo do PNM com atribuições nos domínios da investigação e da proteção do património genético, da flora, da fauna e espécies em geral.

2 - Compete, designadamente, à DCN:

a) Promover a investigação científica nos domínios da fauna, flora e geologia, em colaboração com organismos especializados, nacionais e estrangeiros, nomeadamente nas áreas de reserva natural integral ou parcial e reserva geológica e de vegetação de altitude;

b) Promover a criação de novas reservas naturais integrais, parciais, geológicas e de vegetação de altitude, bem como regulamentar e assegurar a manutenção das existentes;

c) Promover e colaborar em estudos, experiências ou realizações e assegurar o inventário dos valores naturais do PNM;

d) Promover as ações necessárias à elaboração dos planos de ordenamento e regulamentação das áreas protegidas;

e) Promover e executar programas de ação contra a erosão do solo e de defesa ao regime hídrico;

f) Apoiar as reservas naturais das ilhas Desertas e Selvagens, do Garajau, bem como as que venham a ser futuramente criadas;

g) Zelar pelo cumprimento na Região das convenções internacionais sobre fauna, flora e conservação da natureza que tenham sido ratificadas por Portugal e tenham aplicação à Região Autónoma da Madeira;

h) Desenvolver as ações necessárias em vista à inventariação, controlo e erradicação das espécies de flora que apresentem características infestantes, nomeadamente nas áreas das reservas integrais, reservas parciais, geológicas e de vegetação de altitude;

i) Proceder à inventariação dos locais e das espécies vegetais endémicas consideradas raras ou em vias de extinção e promover o incremento das mesmas;

j) Fornecer à DOPEA os dados necessários à divulgação da fauna e flora indígenas, bem como outros elementos, nomeadamente geológicos;

l) Executar os projetos de infraestruturas elaborados pela DOPEA;

m) Executar obras de recuperação, reparação ou beneficiação com vista à salvaguarda do património incluído nas áreas classificadas, nomeadamente monumentos ou edifícios de interesse público.

Divisão de Ordenamento, Projetos e Educação Ambiental

1 - A DOPEA é o serviço operativo do PNM com atribuições nos domínios do ordenamento e da educação ambiental; 2 - Compete, designadamente, à DOPEA:

- a) Promover os projetos necessários à prossecução dos objetivos do PNM, nomeadamente no que respeita ao equipamento das reservas de recreio e montanha e zonas de repouso e silêncio;
- b) Preparar os planos de ordenamento do Parque e a regulamentação das áreas classificadas;
- c) Emitir pareceres sobre a realização de obras de edificação, abertura de estradas, caminhos ou outras vias de acesso e extração de produtos inertes de qualquer natureza, a efetuar na área do PNM;
- d) Promover e coordenar trabalhos de topografia e desenho;
- e) Assegurar a existência e funcionamento de ficheiro atualizado de documentação e legislação regional, nacional e comunitária, bem como a que provenha de outros organismos ou associações que prossigam objetivos idênticos e que tratem em geral ou em especial da temática do ambiente, defesa e conservação da natureza;
- f) Contribuir, através do recurso à informática, para o aumento das estratégias disponíveis a nível de educação ambiental;
- g) Adquirir bibliografia e cartografia respeitante ao domínio ambiental, bem como orientar o seu arquivo e utilização;
- h) Criar e assegurar a manutenção e funcionamento de uma adequada base de dados sobre o ambiente, bem como proceder à elaboração de cartografia temática;
- i) Realizar os estudos técnico-económicos necessários à elaboração do planeamento e à definição da estratégia de desenvolvimento para o sector;
- j) Promover socioeducativa e culturalmente a adesão das populações abrangidas pelas áreas do PNM em vista ao respeito pelas bases biofísicas e ecológicas do ambiente no quadro das tradições histórico-culturais e do habitat natural das referidas populações;
- l) Promover e executar programas sistemáticos de atividades no âmbito da educação ambiental das populações em geral;
- m) Proceder ao estudo de percursos e organizar visitas guiadas às áreas do PNM;
- n) Divulgar as áreas afetas ao PNM, seus valores e objetivos específicos;
- o) Realizar ações de formação ambiental junto do público em geral e dos estabelecimentos de ensino em particular, destacando as atividades práticas;
- p) Elaborar e distribuir material didático e de divulgação, quer sobre o próprio PNM, quer sobre problemas ambientais;
- q) Propor a criação de centros de divulgação, acolhimento e informação e núcleos museológicos e assegurar a sua gestão;
- r) Colaborar com outras entidades oficiais ou privadas na organização de ações de divulgação ambiental;
- s) Promover o desporto ao ar livre e o contacto com a natureza.

Compete, designadamente, ao CVN:

- a) Zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à proteção e conservação da natureza, nas áreas do PNM a definir por despacho do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas, ouvidos o diretor do PNM e o diretor regional da Direção Regional de Florestas, participando qualquer infração e levantando auto de notícia;**
- b) Zelar pela segurança dos visitantes, acompanhá-los, orientando-os e prestando-lhes os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação dos recursos e finalidades do PNM, nomeadamente das reservas e áreas classificadas;**
- c) Vigiar e providenciar pelo estado de conservação dos percursos, infraestruturas e equipamentos, procurando a boa conservação e limpeza dos mesmos, executando trabalhos de proteção ou recuperação dos recursos existentes na área do PNM e acompanhando obras em curso;**
- d) Colher e registar os elementos que lhe sejam solicitados para estudos, designadamente os respeitantes à flora, fauna, paisagem, usos e costumes ou práticas culturais no interior das áreas protegidas;**
- e) Participar em ações de informação e sensibilização, colaborando com as povoações situadas nas áreas do PNM, com vista à melhoria da qualidade de vida das mesmas na sua relação com a natureza e o ambiente;**
- f) Contribuir para a deteção e combate aos incêndios;**
- g) Colaborar com outros organismos que exerçam funções de fiscalização nas áreas do PNM, requerendo o auxílio de outras entidades, nomeadamente policiais, sempre que necessário.**

Fonte: Decreto Regulamentar Regional n.º13/93/M

CENSO DE CORUJA-DAS-TORRES

Utilizado pela primeira vez englobando todo o arquipélago (Madeira, Porto Santo, ilhas Desertas e ilhas Selvagens), foi desenvolvido entre os meses de Março e Junho de 2013 e teve como principais objetivos:

- Identificar a área de distribuição desta subespécie endémica do Arquipélago;
- Identificar habitats preferenciais;
- Determinar tendências populacionais (por comparação com censos anteriores na ilha da Madeira).

ATLAS DAS AVES NIDIFICANTES NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

Um ambicioso projeto liderado pelo Serviço do Parque Natural da Madeira, em parceria com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, originou no primeiro Atlas das Aves que nidificam no Arquipélago da Madeira. Este projeto foi realizado entre 2009 e 2013, e teve por principal objetivo perceber a abundância e a forma como as aves se distribuem ao longo de todo o Arquipélago da Madeira, contribuindo assim para a criação de uma base de dados, com o intuito de poder ser utilizada em várias áreas de atividade, nomeadamente a vertente turística em expansão de observação de aves e outros animais, como os cetáceos.

LIFE RECOVER NATURA

O projeto LIFE RECOVER NATURA teve o seu início a 7 de abril de 2014, com objetivo de longo prazo ou de continuidade, de forma a garantir que os ecossistemas dos sítios da Rede Natura 2000 da Ponta de São Lourenço e das ilhas Desertas (Deserta Grande e ilhéu Chão) atinjam um estatuto de conservação estável, favorável e autossustentável.

Ao deter um elevado número de espécies endémicas e exclusivas, o objetivo deste projeto é de criar condições para a recuperação dos habitats e espécies presentes nestes dois sítios, através da erradicação e controlo das espécies de vertebrados, invertebrados e plantas introduzidas ou de carácter invasor e estudo e minimização da pressão dos fatores erosivos sobre estes locais.

LIFE ILHÉUS DO PORTO SANTO

O projeto LIFE ILHÉUS DO PORTO SANTO surge a partir do Serviço do Parque Natural da Madeira, em parceria com a SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves), co-financiado pelo Programa LIFE+ Natureza da Comissão Europeia. Este projeto iniciou-se em setembro de 2010 e terminou em agosto de 2014, tendo por principal objetivo a recuperação dos habitats e espécies do sítio da Rede Natura 2000 dos ilhéus do Porto Santo. A sua atuação ocorreu principalmente na área terrestre dos seis ilhéus do Porto Santo no Arquipélago da Madeira: Ilhéu da Cal, Ilhéu do Farol, Ilhéu de Ferro, Ilhéu da Fonte da Areia, Ilhéu das Cenouras e Ilhéu de Fora.

FREIRA-DA-MADEIRA

Esta ave marinha foi alvo do Projeto LIFE entre 2001 a 2006, com objetivo a sua conservação através da recuperação do seu habitat. É das mais raras do mundo e a mais ameaçada da Europa, e através de uma contínua monitorização da população, foi possível a recuperar o seu habitat e reforçar do programa de controlo de predadores.

RECUPERAÇÃO DOS HABITATS TERRESTRES DAS ILHAS DESERTAS E SELVAGENS

A criação desta recuperação passou por reunir condições que permitissem a recuperação das espécies e habitats existentes na Deserta Grande e Selvagem Grande, através da erradicação dos animais e plantas introduzidos, nomeadamente, a cabra *Caprus hircus*, o coelho *Oryctolagus cuniculus*, o murganho *Mus musculus* e a tabaqueira *Nicotiana glauca*.

POMBO-TROCAZ

O pombo-trocaz *Columba trocaz* é uma espécie endémica da ilha da Madeira. O primeiro trabalho foi efetuado em 1986, com o objetivo de contribuir para um maior conhecimento da ecologia desta espécie, assim através da sua monitorização foi possível seguir os seus efetivos populacionais. A partir de 1995, foram efetuados 7 censos, permitindo verificar um aumento da população entre 2009 e 2012.

LOBO-MARINHO

A foca-monge do Mediterrâneo ou lobo-marinho, *Monachus monachus*, como é conhecida no arquipélago da Madeira, apenas pode ser encontrada no arquipélago da Madeira, mais especificamente nas ilhas Desertas e da Madeira. É foca mais rara do mundo e uma espécie encontrando-se em perigo crítico pela União Internacional para a Conservação da natureza. O Serviço do Parque Natural da Madeira (SPNM) iniciou um projeto para a conservação do lobo-marinho, e do seu habitat em 1988 o que levou à criação da Área Protegida das ilhas Desertas em 1990 que entretanto passaram a Reserva Natural em 1995. A proteção in loco, a monitorização e o estudo do Lobo-marinho, juntamente com a educação ambiental, têm sido as principais estratégias levadas a cabo para a sua salvaguarda.

CONTROLO DE PLANTAS INVASORAS

Umas das situações que levam à descaracterização dos ecossistemas são, a introdução das plantas invasoras, sendo uma das situações mais difíceis de controlar e recuperar. Na Madeira, estas plantas forma-se desenvolvendo algumas destes espécies, introduzidas conscientemente ou inconscientemente, ameaçando o equilíbrio e o futuro dos ecossistemas insulares. O Serviço do Parque Natural da Madeira (SPNM), perante a responsabilidade de conservar o Património Natural da Região.

O principal objetivo deste programa é controlar e erradicar as plantas invasoras de forma a recuperar os ecossistemas naturais. É parte integrante dos objetivos, a sensibilização dos gestores e utilizadores dos espaços naturais, como também de todos aqueles que estão ligados ao setor da produção e venda de plantas. No entanto, acerca da introdução de espécies exóticas, tem sido realizado palestras de sensibilização às comunidades locais, e cursos de formação nas escolas, sobre plantas invasoras direcionados a professores do ensino básico, autarcas e agricultores.

IBAS MARINHAS

Este projeto no âmbito da LIFE Natureza foi representado pela SPEA com o apoio do SPNM, decorrendo entre 2004 e 2008. Teve por objetivo principal contribuir para a implementação da Diretiva Aves no meio marinho em Portugal, através da identificação do inventário de áreas mais adequadas para as aves marinhas incluídas no Anexo I da Diretiva, espécies de aves migradoras e invernantes regulares. Neste sentido foi desenvolvido um trabalho de proteção das aves marinhas sob a jurisdição do Serviço do Parque Natural da Madeira.

FREIRA-DO-BUGIO

A freira-do-bugio *Pterodroma deserta* é uma ave marinha pelágica, endêmica da Madeira. É uma espécie extremamente rara, onde a sua população está basicamente restrita a um único local com os ninhos concentrados no planalto sul da ilha do Bugio e alguns nas zonas de escarpa adjacentes.

Surgiu em 2006 o Projeto LIFE Natureza, intitulado "*Medidas urgentes para a recuperação da freira-do-bugio Pterodroma deserta e do seu habitat/SOS freira-do-Bugio*". Coordenado pelo SPNM em parceria com a SPEA, teve uma duração de 5 anos, terminando em dezembro de 2010. O objetivo central do projeto foi garantir as condições necessárias de conservação da população de freira-do-bugio no seu habitat de nidificação nas ilhas Desertas. Após o término deste projeto, esta espécie passou a deter um esquema de monitorização e gestão continuado.

Fonte: PNM, 2015

Anexo 3 – 12 metas para o turismo sustentável

1) VIABILIDADE ECONÓMICA Assegurar a viabilidade e competitividade dos destinos e empresas turísticas, para que consigam prosperar e usufruir de benefícios a longo prazo.
2) PROSPERIDADE LOCAL Maximizar a contribuição do turismo para a prosperidade do destino hospedeiro, incluindo a percentagem de despesas do visitante que é retida localmente.
3) QUALIDADE DO EMPREGO Reforçar o número e a qualidade dos postos de trabalho locais criados e apoiados pelo turismo, incluindo níveis salariais, condições de trabalho e possibilidade de acessos a todos sem discriminação em razão de sexo, raça, incapacidade ou de qualquer outro motivo.
4) EQUIDADE SOCIAL Procurar uma distribuição alargada de benefícios económicos e sociais do turismo ao longo da comunidade recetora, incluindo a melhoria de oportunidades, rendimentos e serviços à disposição dos mais pobres.
5) REALIZAÇÃO POR PARTE DO VISITANTE Proporcionar uma experiência segura, satisfatória e realizadora para os visitantes, acessível a todos sem discriminação em razão de sexo, raça, incapacidade ou de qualquer outro motivo.
6) CONTROLO LOCAL Envolver e dar poder às comunidades locais no planeamento e na tomada de decisões sobre a gestão e o desenvolvimento futuro na sua área, em consulta com outros atores chave.
7) BEM-ESTAR DA COMUNIDADE Manter e reforçar a qualidade de vida nas comunidades locais, incluindo as estruturas sociais e o acesso aos recursos, equipamentos públicos e sistemas de apoio à vida, evitando qualquer tipo de degradação ou exploração social.
8) RIQUEZA CULTURAL Respeitar e reforçar o património histórico, a autenticidade cultural, as tradições e os traços distintivos das comunidades hospedeiras.
9) INTEGRIDADE FÍSICA Manter e reforçar a qualidade das paisagens, sejam urbanas ou rurais, e evitar a degradação física e visual do ambiente.
10) DIVERSIDADE BIOLÓGICA Apoiar a conservação de áreas naturais, habitats e vida selvagem, e minimizar os danos a eles causados.
11) EFICIÊNCIA DOS RECURSOS Minimizar a utilização de recursos escassos e não renováveis no desenvolvimento e operação das instalações e serviços turísticos.
12) PUREZA AMBIENTAL Minimizar a poluição do ar, da água e dos solos e a produção de resíduos por parte das empresas de turismo e dos visitantes.

Fonte: GST, 2007

Anexo 4 – Vantagens estratégicas da implementação da CETS

Grupos	Vantagens
Área Protegida	<ul style="list-style-type: none"> - Influenciar e incentivar o desenvolvimento sustentável no seu território; - Potenciar um desenvolvimento socioeconómico que respeita o ambiente; - Desenvolver os produtos locais de qualidade respeitando o ambiente; - Reforçar a sua ação de sensibilização; - Proporcionar uma maior implicação dos profissionais do turismo nas políticas da AP; - Apoiar as relações entre os diferentes setores e parceiros; - Criar oportunidades para trabalhar e aprender em rede com outras áreas protegidas europeias; - Intensificar a credibilidades das suas ações junto da opinião pública.
Empresa Turística	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar uma gestão que respeita o ambiente; - Desenvolver novas oportunidades comerciais, através da atração de visitantes seduzidos pelas áreas protegidas e criando novas ofertas turísticas baseadas na descoberta da natureza; - Reforçar a qualidade da sua oferta junto dos clientes por estar integrada numa melhor organização do turismo no território e por oferecer uma informação de qualidade sobre a AP.
Operador Turístico	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar uma gestão ecológica; - Desenvolver novas possibilidades comerciais atraindo visitantes sensíveis às APs, propondo uma oferta que responda às expectativas de uma nova clientela europeia e desenvolvendo parcerias com operadores turísticos de outros países da Europa; - Aumentar a qualidade da sua oferta propondo um acolhimento mais organizado na AP, fazendo intervir os agentes locais e obtendo o suporte da área protegida na elaboração dos seus produtos; - Reforçar a satisfação dos seus visitantes mediante a formalização do seu empenho em favor do turismo sustentável e fazendo o acompanhamento de qualidade de pequenos grupos.

Fonte: ICNF, 2015

Anexo 5 – Sítios de Importância Comunitária (RAM)

Nome	Área (ha)	Tipo de Classificação
Ilhas Desertas	11.457	Área Classificada de ZEC e ZPE sobrepõe à Reserva Natural das ilhas Desertas
Ilhas Selvagens	6.224	Área Classificada de ZEC e ZPE, sobrepõe à Reserva Natural das ilhas Selvagens
Laurissilva da Madeira	15.367	Área Classificada de ZEC e ZPE, encontra-se maioritariamente incluída no PNM
Maciço Montanhoso Central da Ilha da Madeira	6.224	Área Classificada de ZEC e ZPE apenas a zona ocidental, totalmente incluída no PNM
Ponta de S. Lourenço	1.920	Área Classificada de ZEC, parcialmente incluída no PNM e ZPE
Ilhéu da Viúva	1.710	Área Classificada de ZEC sobrepõe à Reserva Natural da Rocha do Navio
Achadas da Cruz	185	Área Classificada de ZEC
Moledos – Madalena do Mar	8	Área Classificada de ZEC
Pináculo	24	Área Classificada de ZEC
Ilhéus do Porto Santo	209	Área Classificada de ZEC, incluída na Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo
Pico Branco (Porto Santo)	127	Área Classificada de ZEC
Área total (ha)	43.455	-

Fonte: PNM, 2015

Anexo 6 – Lista de flora presente Laurissilva (PNM)

Nome Vulgar	Nome Científico
Til	<i>Ocotea foetens</i>
Loureiro	<i>Laurus novocanariensis</i>
Vinhático	<i>Persea indica</i>
Barbusano	<i>Apollonias barbujana</i>
Pau branco	<i>Picconia excelsa,</i>
Folhado	<i>Clethra arborea,</i>
Aderno	<i>Heberdenia excelsa</i>
Perado	<i>Ilex perado</i>
Cedro-da-madeira	<i>Juniperus cedrus</i>

Fonte: PNM, 2015

Anexo 7 – Lista de aves marinhas presente nas ilhas Desertas

Nome Vulgar	Nome Científico
Cagarra	<i>Calonectris diomedea</i>
Roque-de-castro	<i>Hydrobates castro</i>
Alma-negra	<i>Bulweria bulwerii</i>
Freira-do-Bugio	<i>Pterodroma deserta</i>
Corre-caminhos	<i>Anthus bertheloti madeirensis</i>
Canário-da-terra	<i>Serinus canaria canaria</i>
Francelho	<i>Falco tinnunculus canariensis</i>
Manta	<i>Buteo buteo harterti</i>
Coruja-das-torres	<i>Tyto alba schmitzi</i>

Fonte: PNM, 2015